

01-0661/2006

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

01 - 0661 / 2006

DE

28/11/2006

MATÉRIA LEGISLATIVA:

PL

01 - 0661 / 2006

DE

28/11/2006

PROMOVENTE:

VEREADOR

JOSÉ FERREIRA (ZELÃO)

EMENTA:

DISPÕE SOBRE O BILHETE CRIANÇA CIDADÃ E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
12/1/2011 10:29:58

00000057417-18



ARQUIVADO EM

/ /

CHEFE DE SEÇÃO

1. What is the purpose of the study?

Segue(m) anexo(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 224
Em 16/12/06
Ass: _____


Adeliina Cicone

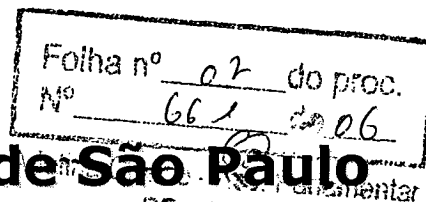
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete do Vereador J.F. Zelão

Fone: (11) 6824-4305



Art. 5º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de Novembro de 2006.

José Ferreira dos Santos (ZELÃO)

VEREADOR PT - CMSP



Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete do Vereador J.F. Zéla

Fone: (11) 6824-4305

Folha nº	03	do proc.
Nº	661	de 06
Módulo Cidada - Ato Parlamentar		
EP 100.406		

JUSTIFICATIVA

As crianças até 5 (cinco) anos de idade são isentas de pagamento de passagem no sistema de transporte público. Porém, para elas terem acesso aos ônibus ou metrô são obrigadas a passar por debaixo ou por cima das catracas que controlam o fluxo de passageiros.

Ao submetê-las a passar por debaixo ou por cima da catraca os pais estão forçando elas a violarem uma regra, discriminando-a dos demais adultos, submetendo a humilhações e muitas vezes sujando suas roupas.

Com a implementação do Bilhete Criança Cidadã, todas terão suas identificações no cartão, passaram pelas catracas de maneira digna, mantendo suas isenções, permitirá que haja controle do fluxo de crianças e possibilitará planejamento de políticas públicas, acabará com a humilhação das crianças que já adquiriram noções de seu corpo, estimulará o cumprimento das regras de condutas sociais, igualará seus direitos de cidadania.

Assim que terminar a isenção ao completar 6 (seis) anos, poderá continuar utilizando o Bilhete apenas efetuando carga para o pagamento da passagem.



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 04

do processo n.º 01-661 de 20 06 14/12/06 (a) Ed

Adelina C. Battochio
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

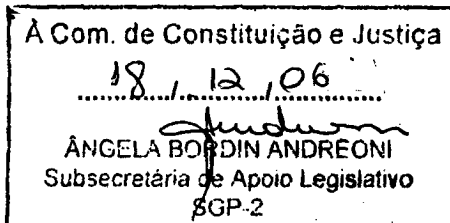
Tendo em vista o disposto no art. 212, incisos III e IV do R.I., sobre o assunto
consta:

PLO 5/06

15/12/06

IV
Inácio Veiga

Supervisor de Contr. do Proc. Legislativo
SGP-22



RECEBIDO
Comissão de Constituição e Justiça
Em 18-12-06 às 17:20
[Signature]

SOLANGE RAIMONE DOS SANTOS
R.F. 10201
Secretária

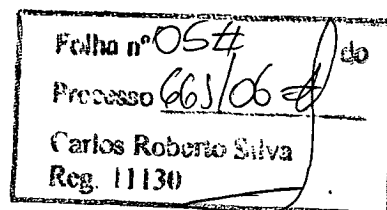
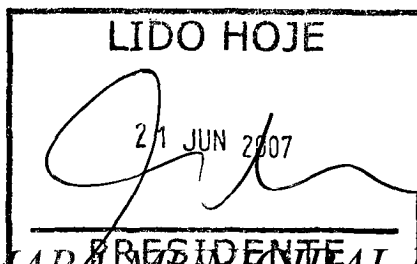
Ao Nobre Senhor *Solange Raimone dos Santos*
Para *[illegible]*
Sala da *[illegible]*
Em 02-04-07 *[Signature]*
Obs: o prazo para *[illegible]* é de 8 dias, nos termos do § 3º, artigo 65 do R.T.

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 04/04/07 ÀS 15:00 h
POR *[Signature]*
SAÍDA: 22/05 ÀS 14 h 15 ASS: *[Signature]*

RECEBIDO NA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
EM 06/06/07 ÀS 17:30
POR *[Signature]*
SAÍDA: 13/06 ÀS 12 h 00 ASS: *[Signature]*

Segue *[illegible]* juntado *1* *[illegible]* de *1* documentos *1*
a papel de informação *[illegible]* sob folha *1*
nº *105.06*
Em: 26/06/07

Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe - SGP-1.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

OK

PARECER CONJUNTO Nº /2007 DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA; SAÚDE PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO, IDOSO E MULHER E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0661/06.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador José Ferreira (Zelão), que dispõe sobre o Bilhete Criança Cidadã.

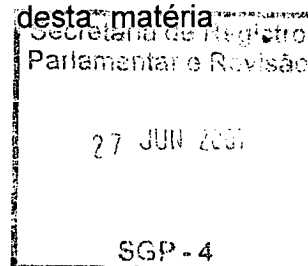
De acordo com o art. 37, "caput", da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

A presente matéria, como se vê, cuida de assunto de interesse local, encontrando amparo, portanto, nos arts. 13. inciso I, 37, "caput", ambos da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Assim sendo, somos
PELA LEGALIDADE

Quanto ao mérito, as Comissões de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia e Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher manifestam-se A FAVOR da propositura, tendo em vista que se reveste de inegável interesse público.

No tocante ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, uma vez que as despesas decorrentes da aprovação desta matéria





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, sendo, portanto, FAVORÁVEL o parecer.

Sala das Comissões Reunidas de, 28/06/07.

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, ^{OK}

TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E ^{OK}
GASTRONOMIA,

SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO, IDOSO E MULHER, ^{OK}

FINANÇAS E ORÇAMENTO ^{OK}

À SGP-2 |

São Paulo, 26/06/07

Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe SGP-15

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 07206
Em 11/07/2007
Ass: LUZIA LEITE

Supervisora de Apoio ao Placêrio
SGP-21



**Câmara Municipal de
São Paulo
TAQUIGRAFIA**

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: 01 fl.:62
data:21-06-07

taq.

rev.:

evento:138-SE

Orador(es):

Passemos ao item seguinte.

- "PL 661/2006, do Vereador JOSÉ FERREIRA (ZELÃO) (PT). Dispõe sobre o Bilhete Criança Cidadã, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA."

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu - PTB) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do parecer.

- É lido o seguinte: (Parecer ao PL 661/2006)

O SR. PRESIDENTE (Adilson Amadeu - PTB) - Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.
(Pausa) Está aprovado.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 08
do processo n.º 661/06 11/07/2007 (a) _____

Supervisor *[Handwritten signature]*

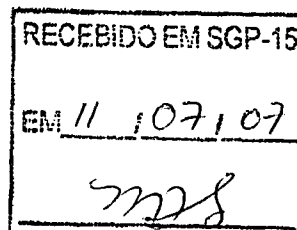
À SGP-15

Sr. Supervisor,

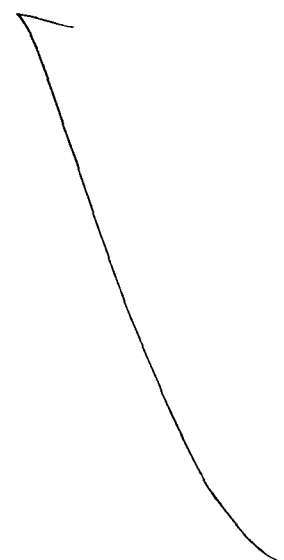
Encaminho os presentes autos para atendimento do disposto no artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

11/07/2007

[Handwritten signature]
Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP 2



MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar



À Doula Comissão de
Saúde, Promoção Social e Trabalho, para realização de audiências públicas!..
Em, 21/08/07

Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipes - SGP-15

Recebido na Comissão de
Saúde, Pr. Soc. e Trabalho
Em 22-08-07 1440 h.

ANA LUCIA DE OLIVEIRA SOUSA
RF 100.823
Secretária

Segue	AM	juntado	1	nesta data
Documento	1			
Rubricado	1		1	09
0	45	21	09	07

ANA LUCIA DE OLIVEIRA SOUSA
RF 100.823
Secretária



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 09
do processo nº 661/06
Ana Lucia de Oliveira Sousa
RF 100.823

**COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO,
IDOSO E MULHER**

PRESIDENTE: JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - ZELÃO

^{1ª}
TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12 de setembro de 2007

PL 661/06

OBSERVAÇÕES:

- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

Recebido em 10-09-07 às 14h45
Saúde Pr. Soc. e Trabalho
Em 10-09-07 às 14h45 h.

Ana Lucia de Oliveira Sousa
ANA LUCIA DE OLIVEIRA SOUSA
RF 100.823
Secretária



O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Boa tarde a todos.

Estamos encerrando mais uma audiência pública, e retomaremos os trabalhos logo em seguida.

Agora vamos abrir a nossa 20ª reunião ordinária da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher.

Estão presentes os nobres Vereadores Claudio Prado, Mário Dias, Atilio Francisco, Gilson Barreto, Roberto Tripoli e eu, na Presidência.

Como foi solicitado pelo Grande Conselho do Idoso, há o convite da vinda do Sr. Secretário Municipal de Transportes, para prestar esclarecimentos sobre políticas públicas municipais de transporte para idosos.

No final da última reunião, havia também uma reivindicação de alguns dirigentes do Grande Conselho do Idoso por estar havendo um crescimento rápido das doenças sexualmente transmissíveis no meio idoso.

Na nossa reunião do dia 26, em comemoração ao Dia do Idoso, esta Presidência propôs que o Sr. Cássio, que veio fazer uma palestra com idosos, voltasse novamente para falar sobre as doenças transmissíveis no idoso. Aliás, ele é formado nessa área.

Quanto a isso, consultarei os Srs. Vereadores, para ver se entramos em acordo.

O SR. CLAUDIO PRADO – Sou favorável.

O SR. MÁRIO DIAS – Sou favorável.

O SR. ATILIO FRANCISCO – Sou favorável. (Fora do microfone)

O SR. GILSON BARRETO – Sou favorável. (Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Está conosco aqui o Presidente do Comuda.

Para a pauta de hoje, há apenas um projeto.

Srs. Vereadores, membros de comissão, se V.Exas. estão fazendo análise de projetos, V.Exas. poderão já agilizar. Assim, na próxima, possamos fazer uma pauta maior,

incluindo-os.

Vamos tratar agora do projeto 0428/06, de autoria do nobre Vereador Claudio Prado, cujo relator é o nobre Vereador Mário Dias, com parecer favorável. Dispõe sobre a instalação de equipamentos, especialmente desenvolvidos para proporcionar mais saúde e longevidade aos idosos, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. Em não havendo oradores inscritos para debaterem a matéria, a votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O SR. CLAUDIO PRADO – Sr. Presidente, primeiramente agradeço a todos os Srs. Vereadores pela aprovação do projeto. Ao fazermos esse projeto, tínhamos e temos ainda uma visão, dos aposentados que não têm condições e estrutura para freqüentarem uma academia.

Daqui a vinte anos, o Brasil será o sexto país com maior número de idosos do mundo. Se não prestarmos atenção na questão da longevidade e outras questões que o próprio Governo coloca em debate, como Previdência Social e condições de todos idosos e aposentados neste país, não haverá envelhecimento que precisamos, sadio. Neste país, ao envelhecermos, temos de estar aproveitando parte de nossa vida, e não fazendo com que ela seja desagradável, não podendo utilizá-la.

Esse projeto coloca, em todos parques e clubes da cidade, equipamentos para idosos. Hoje, mais do que nunca, idosos estão freqüentando parques e praças públicas. Ocorre que não há equipamentos específicos para que eles possam utilizar isso.

O Brasil hoje pensa e ainda está pensando em colocar playgrounds em praças públicas. Estamos envelhecendo. Então, os dois lados têm de ser pensados e traçados com o mesmo objetivo e investimento pelo Poder Público. Esse projeto vai nesse intuito.

Faço um apelo aqui, para que quando os nobres Vereadores estiverem, em plenário, ajudem-nos a aprovar esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Eu que agradeço.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Ferreira dos Santos – Zelão.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Nobre Vereador Claudio Prado, parabênizo V.Exa. pelo projeto. Esperamos que nosso país torne-se o país do idoso, com saúde, em primeiro lugar.

Ficar idoso sendo carregado para cima e para baixo não vale a pena. O idoso tem de ser ágil, rápido e ter saúde.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião de hoje, e convido a todos para participarem da próxima reunião, neste mesmo local.

No primeiro andar, estava havendo uma audiência pública. Tivemos de suspender os trabalhos, porque o tempo não permitiu que terminássemos a audiência lá. Então, vamos continuar a audiência pública aqui. Em seguida, haverá aqui uma palestra com o Presidente do Comuda nesta Casa, no final da nossa audiência pública.

Retomo aqui a 13ª audiência pública na data de hoje. Estamos tratando do tema da criança e do adolescente.

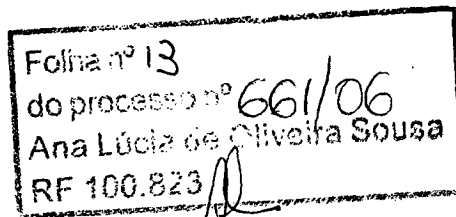
O segundo projeto de hoje está em segunda audiência pública. É o PL 0812/05, de autoria do nobre Vereador Edvaldo Estima, que altera o artigo 6º da lei nº 13.697, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências. O PL é referente à participação do Programa Os alunos portadores de necessidades especiais ou que tenham pais ou responsáveis legais portadores de necessidades especiais.

Vamos convidar um representante do Secretário. (Pausa) Parece que ninguém veio representar S.Exa.

Estão presentes aqui os representantes da Covisa, que poderão se manifestar posteriormente.

Está presente conosco a Sra. Athenê, que fará parte de nossa Mesa.

- Faz parte da Mesa a Sra. Athenê.



A SRA. MARLENE – Boa tarde, senhoras e senhores. Sou assessora parlamentar do Vereador Edivaldo Estima. Venho aqui falar sobre o PL 812, que altera o parágrafo 1º do artigo 6º da lei 13.697, que trata do TEG, Transporte Escolar Gratuito. Preconiza o parágrafo 1º que terão prioridade, na participação do programa, os alunos deficientes. Na lei, são tratados como portadores de necessidades especiais.

O nobre Vereador altera e dá nova redação ao projeto, quanto a esses alunos ou pais de alunos que são também deficientes. Haverá prioridade para alunos deficientes ou para alunos que tenham pais deficientes. Aliás, esses pais também têm dificuldade para conduzirem seus filhos para escolas.

Essa é a nova redação que o nobre Vereador pretende dar ao parágrafo 1º do artigo 6º da lei do TEG.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Eu que agradeço.

Está aprovado, em segunda audiência, o projeto 0812, de autoria do nobre Vereador Edivaldo Estima.

Vamos ao próximo PL, que também está em segunda audiência. É o projeto 0020/07, de autoria do nobre Vereador Farhat. Institui o Programa de Casas de Apoio, destinado ao atendimento de adolescentes grávidas nas comunidades carentes, e dá outras providências.

Tem a palavra a Sra. Andréia.

A SRA. ANDRÉIA – Sou assessora do nobre Vereador Farhat. O PL 20/07 tem, por finalidade, implantar casas de apoio em comunidades carentes, visando atendimento a adolescentes grávidas, bem como orientação e educação sexual a adolescentes, prevenção à



gravidez precoce, planejamento familiar e conscientização e responsabilidade em se ter filhos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Eu que agradeço.

Tem a palavra a Sra. Athenê.

A SRA. ATHENÊ MARIA MARCO MAURO – No ano passado, a Secretaria Municipal de Saúde, em outubro, lançou o Programa de Atenção à Saúde do Adolescente no município de São Paulo. Esse programa tem algumas prioridades. Uma delas é atenção ao adolescente, no sentido de prevenir a gestação não desejada, gestação precoce, principalmente na faixa etária entre 10 a 14 anos. Pela epidemiologia, estamos percebendo que o número de gravidez em outras faixas etárias está diminuindo, mas nessa faixa etária está aumentando.

Além de haver risco social para adolescentes e seus filhos, há o risco médio. Esse programa tem algumas ações, como prevenir essa gestação e a reincidência da segunda e terceira gestações na adolescência.

Há várias ações. O programa está disponível no *site* da Prefeitura. Estamos à disposição no gabinete para falarmos sobre esse programa. O adolescente tem de ser atendido. Há uma lei federal que fala sobre isso. Há também uma lei estadual e municipal, que diz que todo adolescente tem de ser atendido em todas unidades básicas de Saúde. A adolescência, pela Secretaria, pelo município, contempla a faixa etária entre dez a vinte anos incompletos. O ECA entende adolescente pessoa entre 12 a 18 anos, mas, com o programa, estamos pegando a faixa etária de 10 a 20 anos incompletos.

Chegando na unidade básica, o adolescente tem de ser atendido, preferencialmente pelo pediatra. Se este não tiver na unidade ou não houver horário, ele terá de ser acolhido por qualquer outro profissional.

Além desse atendimento geral que precisa ser feito, o programa prevê unidades de atendimento especializado. Esse pediatra que não tem, em sua formação, uma especialidade ou especificação em medicina do adolescente, que é uma área de atuação da pediatria, pode



lidar com essa questão até onde? A partir do momento em que não puder dar uma atenção integralizada, ele vai encaminhar o adolescente a um centro de referência. Lá haverá uma equipe multiprofissional, que vai cuidar do adolescente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Muito obrigado.

O projeto de autoria do nobre Vereador Farhat é bom.

Como se chama o programa?

A SRA. ATHENÊ MARIA MARCO MAURO – Pró-Adolesce, Programa de Atenção aos Adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Alguém mais deseja falar sobre o projeto? (Pausa) Então, esta comissão declara aprovada, em segunda audiência, o projeto 0020/07, de autoria do nobre Vereador Farhat, que institui o Programa de Casas de Apoio, destinado ao atendimento de adolescentes grávidas nas comunidades carentes, e dá outras providências.

O próximo PL é de minha autoria, que dispõe sobre o Bilhete Criança Cidadã e dá outras providências. É o PL 0661/06, que está em primeira audiência.

Solicito que o Sr. Daniel, meu chefe de gabinete, faça a defesa do projeto.

O SR. DANIEL – Boa tarde.

Esse projeto tem uma idéia central. Todas crianças que são isentas de pagamento de tarifa de ônibus, quando chegam ao ônibus ou ao metrô para acessarem o transporte público, o que ocorre? Ela é obrigada ou a passar por debaixo da catraca ou a mãe a pega e passa por cima da catraca.

O que isso causa? Quando forçamos a criança a passar por debaixo da catraca, estamos a induzindo a infringir regras da sociedade. Todos usam bilhete para acessarem a catraca. Ela girando, a pessoa pode passar. Por que então a criança tem de passar por debaixo da catraca? Quando ela é muito novinha, com um ano, um ano e pouco, ela passa no colo da mãe; mas quando adquire uma certa idade, cada vez mais se dificulta a sua passagem pela catraca.



Se a criança tem um peso um pouco maior, fica difícil ela passar por cima ou por baixo da catraca. Isso sem contar que estamos a induzindo a infringir regras comuns a toda a sociedade.

Então, sem querer, estamos causando um dano na formação da criança, por ela não poder acessar a catraca, como todos outros cidadãos fazem. Qual foi então a nossa idéia? O idoso, com o seu bilhete, passa pela catraca, sem pagar. O idoso controla seu bilhete. Qual é a nossa idéia? Que a criança também tenha um bilhete gratuito, como o idoso também tem. Assim, a criança não terá mais dificuldade em acessar o transporte.

A criança poderá ter o Bilhete Criança Cidadã. Por que sugerimos esse nome? Porque esse bilhete daria cidadania a ela, além de respeito. Quando ela adquire uma certa idade e tem uma noção do seu corpo, as coisas tornam-se diferentes. No calor, ela se sentirá constrangida ao passar por debaixo de uma catraca ou ter de pular a catraca.

Então, se instituímos o Bilhete Criança Cidadã, vamos dar a ela cidadania. Poderemos assim educá-la no acesso ao transporte público. E o controle? Já existe a tecnologia instalada. Toda a rede de transporte público funciona já com o bilhete.

O que precisamos fazer? Para a criança, haveria a mesma forma de controle do idoso. O que aconteceria? A única coisa que mudaria seria o formato, uma mera questão de *design*. Toda a tecnologia já está instalada, repito, nos ônibus, no metrô e em toda rede de transporte público.

A questão do bilhete já existe. A única coisa que precisaríamos fazer seria transformar esse projeto em uma lei, para que darmos cidadania à criança e fosse reconhecido o seu direito. Assim, deixaríamos de induzir a criança a violar regras da sociedade. Muitas vezes, submetemos as crianças a um constrangimento, porque, dependendo de uma certa idade, elas já começam a ter noção não só do corpo, mas das regras que existem na sociedade.

Então, a idéia central do projeto é essa, que haja o Bilhete Criança Cidadã, com sua foto e com os dizeres: "Passagem gratuita." Haverá o mesmo controle que existe no bilhete do

idoso. Essas crianças poderiam então acessar dignamente o transporte público.

Entendemos que esse é um projeto importantíssimo, e gostaríamos que todos os Srs. Vereadores e todos que estão neste plenário nos ajudassem.

O projeto está aqui em audiência pública. Queremos contar com a contribuição de todos, para que possamos aprimorar esse projeto, para ser viabilizado, pois ele é de fundamental importância para a cidade de São Paulo.

Ao controlar o fluxo dessas crianças, poderemos estabelecer estatísticas de como elas circulam na cidade. Em cima disso, poderemos pensar políticas públicas. Esse é um outro resultado que o projeto também pode possibilitar.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Eu que agradeço.

Há um problema sério na cidade de São Paulo hoje, o qual considero como vandalismo. Já acostumaram a pular catraca. Assim, tendo ou não dinheiro, pulam catraca. Por quê? Porque aprenderam a fazer isso desde pequenos. Viram pessoas passaram por baixo e querem fazer igual.

Colocaram agora uma catraca que quase chega ao chão. A criança passa arrastando o bumbum no chão, quando não pode pular por cima.

Quando um cidadão, homem ou mulher de bem, trabalhador, não tem dinheiro para pegar ônibus e pede para subir, o motorista deixa. Na maioria das vezes, tratam essas pessoas como vagabundos. Dizem: "Você tem de trabalhar para ter o dinheiro e pagar o ônibus. Você quer viajar de graça?"

Agora, os malandros passam na maior tranquilidade. Quem é que vai enfrentar a malandragem? Ninguém quer enfrentar, ninguém quer correr o risco de levar um tiro no peito. Então, deixam passar. Esse é um complemento que estou fazendo.

Eu acho assim: as crianças têm de ser educadas desde pequenas.

Então, como eles vêm o irmão passar, a irmã passar ou outro passar, pulando por cima ou passando por baixo, eles ficam... Entendeu?

Então, acho assim: aí que é a questão do... Porque já não vai pagar mesmo. Não custa nada o Município dar um cartão, da mesma forma como foi colocado pelo Daniel, da mesma forma que o idoso recebe, também a criança pode receber. Então, era nesse sentido.

Eu gostaria que os Vereadores dessa Comissão aprovassem, aceitassem o meu projeto. A Dra. Athenê, representante aqui do Secretário, também.

Pela ordem, o Vereador Claudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO - Sr. Presidente, queria parabenizá-lo, porque, na minha época também, como criança, era difícil passar por baixo. E as catracas hoje parecem que são mais baixas ainda. E a criança...

Eu acho que é opcional. Há algumas questões obviamente que não são necessárias: uma criança de três meses não vai precisar desse cartão. Acredito que ela não consiga... Mas uma criança de três, quatro, cinco anos, sim: acho que dá uma educação para essa criança; isso, realmente gera a respeito.

Acredito que uma criança, a partir de adulto vai respeitar - como ela está sendo respeitada -, vai respeitar um idoso à sua frente.

Então, quero parabenizá-lo pelo projeto.

Acho que essa questão é digitalizada, então não há problema nenhum de fornecer esse cartão. Passa pela catraca, identifica que não é forma bem pagamento e acabou.

Acho excelente. Parabéns pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - Obrigado, Vereador Claudio Prado.

-. Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - A doutora quer fazer algum comentário?

(NÃO IDENTIFICADA) - Eu só queria falar uma coisa: quando eu li pela primeira



vez, eu li rapidamente, e pensei: "Nossa, mais uma coisa para gastar dinheiro". Porém, depois, fiquei pensando assim: que precisamos começar a exercer cidadania desde cedo, e pensar nessas coisas mesmo, dos nossos direitos, dos nossos deveres, de ensinar o que é certo e o que é errado, parar um pouquinho com essa história da "lei do jeitinho". Então, quando pensamos um pouquinho mais a fundo, vemos o quanto esse projeto vem ao encontro do que a gente pensa, da questão da ética e da cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado, então, doutora.

Então, aprovado em primeira audiência pública o Projeto 0661, de autoria deste Vereador que vos fala.

Muito obrigado, Vereadores. Obrigado, Dra. Athenê.

Vamos ao PL 0395/2006, da Vereadora Lenice Lemos: Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos para a prática de educação física nas escolas municipais, e dá outras providências.

Há alguém da Assessoria da Vereadora Lenice presente? (Pausa) Não há ninguém do Gabinete da nobre Vereadora.

Perguntaria também à Mesa se queria fazer algum comentário. (Pausa) Não.

Então, também aprovado, em primeira audiência o PL 0395/2006, da Vereadora Lenice Lemos.

-. Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – É, passou em primeira audiência; o PL da Vereadora Lenice Lemos.

Vamos ao PL 0141/07, do Vereador Paulo Frange. Institui o Programa de Prevenção à Gravidez Precoce no Município de São Paulo.



Há alguém do Gabinete do Vereador Paulo Frange, para falar sobre o projeto?

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - O Sr. Presidente, acho que esse projeto chega atrasado, ainda por cima. Quer dizer, não é na hora certa. Ele chega atrasado, porque, no Plano de Governo do Prefeito Serra, fazia parte - que eu participei do Plano de Governo do Prefeito Serra -, fazia parte essa questão, que é muito importante, que é a prevenção da gravidez precoce, no Município de São Paulo.

Hoje, temos crianças com 14, 13, 12 anos, tendo filho. Quer dizer, é uma questão que ainda não foi colocada em prática pelo município - anunciado pelo Sr. Prefeito, mas não está na prática, ainda.

Então, só quero elogiar. Eu nem li totalmente o projeto, mas só pelos poucos artigos que eu li, quero parabenizar o Vereador Paulo Frange, e pedir aos Vereadores e às pessoas presentes que, se tiverem alguma indicação para substitutivo ou alguma emenda a esse projeto, acho que é muito importante para a cidade essa questão.

Eu cito, Sr. Presidente, que temos aqui o Restaurante Escola, na Câmara Municipal, onde estava almoçando outro dia, e uma daquelas meninas me procurou e falou: "Tripoli, não dá para a minha filha ficar na creche da Câmara?". Eu perguntei: "Mas quantos anos você tem?". "Eu tenho 18". Quer dizer... Mas ela teve a criança com 16... Eu falei: "Tudo bem, procure a minha Assessoria: vou ver onde, perto da sua casa, se pode arrumar uma creche". De repente, chegaram ao meu Gabinete cinco das meninas lá debaixo. Isso porque todas, a maioria, ...

Então, é um problema seriíssimo, que tem de ser encarado. Isso aí tem de ser resolvido de uma forma... Sabe?

Imaginem uma criança de 14 anos: ela perde a juventude, a mãe dela é que vai criar a filha, - a avó é quem geralmente cria. Quer dizer, é um transtorno para a família, para a sociedade. É muito importante.

Então, só queria usar esse pequeno tempo para elogiar e colocar a todos os

presentes, ao Voto Consciente, enfim, a todas as entidades presentes, que ajudem a emendar o projeto, se acharem interessante, e colocar em prática o mais rapidamente possível, porque é necessidade importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado, Vereador Tripoli.

Quer fazer algum comentário, doutora, a respeito?

Agora há pouco, sobre o PL do Vereador Farhat, acho que essa resposta seria quase idêntica, não é?

(NÃO IDENTIFICADA) – Idêntica.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Idêntica.

Então, considero também passada pelo nossa...

(NÃO IDENTIFICADA) – A única coisa que eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Pois não.

(NÃO IDENTIFICADA) – ... É que, quanto a essa questão da gravidez, acho que ela não fica só vinculada com a Saúde. Acho que é uma questão muito ampla: a menina engravida não só porque ela não tem a informação. Se você perguntar para os adolescentes, todo mundo sabe para que se usa a camisinha e pílula anticoncepcional.

A questão da gravidez é uma questão da Saúde Pública, sim, mas é uma questão que envolve muitas parcerias com instituições e organizações governamentais e não governamentais. Então, acho que ela é uma questão da sociedade como um todo. Porque, se acharmos que somente a Saúde vai dar conta desse problema, então não vamos conseguir diminuir taxa nenhuma, nem diminuir a reincidência. Então, a escola tem de participar. Acho que a gente tem que contar com as outras secretarias: Cultura, Esporte, Lazer, Assistência Social. Assim, acho que a sociedade tem de participar, como um todo. A gente como pai, ou como tio, ou como professor que tem alunos, enquanto cidadão, temos que estar sempre com esse olhar. Não tentar fechar os olhos para essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado, doutora.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta 13ª audiência pública e que as cópias taquigráficas geradas nesta ocasião sejam considerados a ata da presente audiência.

Daqui a pouco abriremos a outra.

Declaro aberta a 14ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher, do ano de 2007.

Registro s presenças dos Vereadores Roberto Tripoli, Cláudio Prado, Gilson Barreto e também - representando o nosso Secretário Municipal de Saúde Januário Montone, recém-nomeado pelo Sr. Prefeito da cidade de São Paulo, a Dra. Athenê.

Essa 14ª audiência tem como tema a Vigilância Sanitária.

Primeiro item: PL 0075/2007, da Vereadora Claudete Alves. Institui a Campanha permanente de desratização do Município de São Paulo e dá outras providências.

Há alguém que representa Vereadora Claudete Alves e que queira usar a palavra.
(Pausa). Não há.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Seria importante a Covisa estar presente, a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - A Covisa está presente.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Eu gostaria de ouvir a Covisa a respeito do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Não, eu só estão consultando, primeiro, alguém da Vereadora. Não havendo,...

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - ... Eu chamaria a Maria das Graças Soares dos Santos, representante da Covisa, para falar sobre o projeto.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES DOS SANTOS - Boa tarde, Srs. Vereadores, boa tarde a todos. Meu nome é Maria das Graças. Sou bióloga, trabalho na Coordenação de Vigilância e Saúde da Secretaria Municipal da Saúde, e sou a Coordenadora do Programa de Vigilância e Controle de Roedores da cidade de São Paulo.



Então, há algumas coisas eu gostaria de conversar com os senhores.

Já em setembro de 2005 - inclusive, o Vereador Tripoli estava presente -, foi feito o lançamento do Programa de Vigilância e Controle de Roedores da cidade de São Paulo, pelo então Prefeito José Serra. E a Vigilância e Saúde vem trabalhando com esse tema, controle de roedores, de uma forma rotineira.

Temos uma situação preocupante na cidade, temos problemas com infestação, temos agravos causados por ratos, e temos toda uma série de atividades que são desenvolvidas, com cerca de 350 a 400 pessoas, até o momento, no campo, em toda as Subprefeituras, trabalhando, priorizando a atividade de controle para a área de transmissão de leptospirose.

E também, além dessas atividades que desenvolvemos, foi recém aprovado um projeto, que é uma lei do Vereador Zelão, acho que é Lei 419/05, sobre o programa de combate à proliferação de roedores, e foi para a Covisa, para que fizéssemos a minuta do decreto.

Então, acabamos elaborar essa minuta de decreto, regulamentada a pedido de SGM, que passou para SMS.

Assim, fica redundante mais um projeto de lei, exatamente sobre o mesmo tema que acabou de ser aprovada uma lei, exatamente sobre o mesmo tema.

Então, gostaria de ouvir os Vereadores do porquê. Conversei com a Assessoria Jurídica de Covisa, e acabou de ser aprovado um projeto, que, na verdade, é uma atividade que já existia, que já era realizada; passou um projeto de lei, está sendo regulamentado, já foi; e, agora, um outro projeto.

E ainda por cima com algumas críticas, geralmente assim: "campanha" não pode ser permanente. Campanha é uma ação pontual. Ou é campanha ou é permanente.

E o que está elencado aqui são as coisas que já são desenvolvidas, nos bairros, por prioridades, por áreas de transmissão; essa "intersecretarialidade", intersetorialidade são coisas que se buscam.



Então, assim, eu vim...

O SR. ROBERTO TRIPOLI - A senhora me permite um aparte na sua fala?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES DOS SANTOS - Permito.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – É o seguinte, veja a senhora aqui: Campanha permanente, como a senhora bem colocou.

Depois, vem: "Orientador - desenvolver juntamente com a implantação da Campanha, uma série de ações visando à orientação e a conscientização da população da importância, no que diz respeito a: a) limpeza de terrenos, visando a impedir o acúmulo de lixo...". Já existe uma legislação de multa. O terreno não pode...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES DOS SANTOS – Existe, coisa de Subprefeitura.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Já existe uma legislação, de que o terreno não pode ficar com lixo e tal. Então, já existe.

Depois, tem: "b) não deposição de alimentos em terrenos e ou imóveis vazios...". Também existe legislação dentro desta área. Quer dizer, é uma lei - desculpe -, com dois, três artigos que já estão em prática.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES DOS SANTOS – Já.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Quer dizer, já estão acontecendo.

O que podia, quem sabe, até a Vereadora, enfim, e a Câmara participarem mais. Mas já tem...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES DOS SANTOS - É, a Covisa encontra-se aberta. O programa de controle de roedores, lançado, em 2005, teve o nome popular Operação Rato Fora". Foram produzidos materiais informativos, foi feita a inserção de informações em programas de TV e em jornais. Temos material para trabalhar com escolas, parte da prevenção de casos de leptospirose.

A Covisa está inteiramente aberta à vigilância para disponibilizar esse material. Isso



está no site da Prefeitura, o que é o programa, os objetivos. Estou aqui, como coordenadora, para explicar o que for necessário.

O SR. GILSON BARRETO - Sr. Presidente, pela ordem.

Presidente, na audiência pública, ouvimos e formamos idéia a respeito de uma votação posterior por esta Comissão. Mas, diante do exposto por Covisa, requeiro a V.Exa. que seja encaminhado pedido de informações ao Executivo a respeito do projeto, possivelmente com encaminhamento à Covisa para posterior retorno.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Muito obrigado, nobre Vereador.

Quero consultar a assessoria da possibilidade desse requerimento, pois a Covisa já é o Executivo.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Sr. Presidente, pela ordem.

Acredito que o Vereador Gilson Barreto, na mesma linha que coloquei, quer vista do processo e informações do Executivo. Esse projeto está na Comissão. Ele não foi relatado ainda? Segundo a assessoria, ele ainda não foi relatado. Estamos tendo audiência pública para relatar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Creio que esse projeto não passou ainda pelas nossas reuniões ordinárias.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Esse projeto não foi relatado, o relator é o Vereador Mário Dias. Então, minha humilde sugestão ao Presidente é que dê vista ao Vereador Gilson Barreto para que faça pedido de informação ao Executivo.

O SR. GILSON BARRETO - Sr. Presidente, pela ordem. Quero propor que seja sugerido pedido de informação quando for encaminhado ao relator.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Vereador, o Presidente já tem a indicação do Vereador Mário Dias. Se S.Exa. não tiver conhecimento dessa audiência pública, não fará esse encaminhamento.

Sr. Presidente, peço vista e farei o que sugeri ao Vereador Gilson Barreto.



O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - Deferido.

O que o Vereador Gilson Barreto quis dizer o seguinte: quando viesse, o relator solicitaria informações. Mas pode ser solicitado, não há problema.

- Comentários fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - O Vereador Tripoli pediu vista ao processo. Consulto a assessoria se considera passado pela Comissão. Sim. Considera-se passado pela audiência pública o PL 0075, da nobre Vereadora Claudete Alves.

O último projeto do dia é o 103/06, também da Vereadora Claudete Alves. Dispõe sobre a comercialização de adesivos químicos de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos e dá outras providências.

Para falar sobre o projeto, a Sra. Sônia Maria Alvim, da Covisa.

A SRA. SÔNIA MARIA ALVIM - Boa tarde. Sou funcionária da Covisa. Todos nós trabalhamos lá como autoridades sanitárias e estranhamos quando chegou o retorno desse projeto da Vereadora.

Há mais ou menos dois, três meses, fizemos vista a essa proposta vinda da Secretaria de Governo Municipal de Assessoria Técnica. Propusemos o veto total por ele já estar contemplado em legislações federais. A Anvisa. Logicamente temos todas as referências em relação ao uso do benzeno, dos hidrocarbonetos, temos legislação desde 1986, justamente sobre o benzeno. Eu participei de uma área da saúde do trabalhador, da Confederação Nacional da Indústria e a Fundacentro no estudo referente à eliminação do benzeno.

A proposta da nobre Vereadora está contemplada nessa 345, que é todo o rastreamento do produto, e estamos trabalhando mais com a questão da rotulagem do produto. E, através das nossas autoridades sanitárias, já fizemos ao menos umas 150 inspeções em locais.

Além de tudo isso, existe aquela coisa trágica na cidade, de as crianças saírem com saquinho de papel na mão, é uma coisa que todo setor social da saúde, se preocupa. Esse 345 é justamente essa última legislação que saiu do Ministério do Trabalho da SSP, foi



um grupo tripartite, que em 2004, ela já está contemplando a participação do benzeno em produtos gradativamente até 2007. Então 2007 é um marco referencial para termos a ação total de todos esses projetos. Inclusive o Senad, que justamente esta com coordenação junto ao gabinete de segurança do Presidente da República, limitou a 2007 toda apresentação desses estudos e dessa conclusão, para poder justamente definir totalmente todos esses projetos. Estranhamos muito que ele nos retornou e fomos pelo veto total devido estar contemplado em outras legislações. O Ronaldo é o coordenador da área.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Quero entender um pouco melhor, isso já está contemplado na Legislação Federal, pelo que a senhora colocou. A fiscalização no Município não é feita pelo Governo Federal uma legislação Municipal não ia ajudar na fiscalização na venda desse produto?

A SRA. SONIA MARIA ALVIM - Justamente, quando o dispositivo da portaria 345 ela dispõe ao Município para fiscalizar todos os artigos, mais ou menos de nove a dez artigos, que é justamente a parte do rastreamento, a parte de comercialização, o controle da comercialização e nós temos inclusive vários folhetos onde focalizamos justamente do preenchimento desses folhetos. Está incoerente com a ...

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Qual é a diferença da proposta da Vereadora com essas normativas federais? Ela está incluindo alguma coisa a mais do que vocês já discutiram?

A SRA. SONIA MARIA ALVIM - Não. Ela está incoerente.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Completamente fora...."A indústria deverá substituir a matéria da forma a retirar, ...ininteligível... do Meio Ambiente...Fica proibido a distribuição no comércio dos produtos citados no ...ininteligível... foram industrializados sem obstrução dessa lei". Também já está?

A SRA. SONIA MARIA ALVIM - Está.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - "A indústria e o comércio terão prazo de 60 dias para declarar essa lei. A vigilância, fiscalização, autorização, ativamente dá-se através da Secretaria Municipal de Saúde..."

A SRA. SONIA MARIA ALVIM - E nós fazemos a vigilância municipal, estamos ainda nesse setor, na parte da legista. Não temos atuação na indústria. Ela continua como spa.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Faço mais uma pergunta interessante: "Os cumprimentos disponíveis dessa lei, está sugerindo em favor a cassação do referido alvará de funcionamento...". É uma novidade... É uma sanção. Torce para que não aconteça.

A SRA. SONIA MARIA ALVIM - É uma sanção, quando você pode, como você fez justamente, essa parte que nos está competindo agora, que é a parte de rastreamento do produto, controle da venda, justamente você pode, você tem esse poder de você interditar...

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Não precisa de uma lei, você já tem o poder ...ininteligível... conforme o órgão Federal ...Mas vocês não podem cassar o alvará de funcionamento? Pode?

A SRA. SONIA MARIA ALVIM - Não. Pode propor.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Isso por lei seria interessante.

A SRA. SONIA MARIA ALVIM - Se você está propondo a cassação...

O SR. ROBERTO TRIPOLI - O que vocês podem fazer? Vocês chegam no comércio, tem esse produto, vocês fechar, cassar o alvará vocês não podem? Vocês multam?

A SRA. SONIA MARIA ALVIM - Nós multamos. Autuamos.

P - Não seria interessante na terceira multa, na segunda multa ter o fechamento, tirar a licença de funcionamento dele? O ajudaria?

R - Pode complementar.

P - Complementa. Só estou querendo ajudar aqui, porque pode vir um substitutivo, tirando todos os artigos, só deixando esse.

R - Pode complementar.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - Gostaria de saber da Sonia, quem é que fiscaliza. A lei é Federal, quem fiscaliza é o Município?

O SR. ROBERTO TRIPOLI - A Secretaria de Saúde, o município, a Secretaria de Saúde com a Lei Federal.



Folha 29 661/06

A SRA. SONIA MARIA ALVIM - Estamos agora, a nível, logicamente com a proporção do SUS virá também as vigilâncias todas serão municipalizadas. Mas hoje estamos fiscalizando só a parte de legista. A industria ainda está com o Estado.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - O que acontece é o seguinte. Na legislação está toda contemplada a Lei Federal. Só esse artigo aqui, que eles não podem fazer, eles não podem cancelar o alvará de funcionamento. Isso daqui seria um bom motivo de acrescentar e ajudar.

O SR. AGNALDO CORDEIRO ALVES - Sou da Covisa, sub gerente de produtos, há dois meses atrás estive nessa Casa, porque tem um outro projeto de lei, que versa justamente sobre esse aspecto. Cassar licença de funcionamento das empresas que comercializam e distribuem esse produto, que porventura...as empresas que comercializam esse produto dependendo estar fixando no seu estabelecimento um cartaz proibindo venda de cola de sapateiro e tiner a menor de 18 anos. Naquele momento pedi, naquele projeto de lei, levasse em consideração a Lei 345 que falava sobre o controle desse produto. Aquele outro projeto de lei já contemplaria esse aqui.

P - Pergunto o seguinte: o outro projeto de lei, o senhor participou de uma audiência publica?

R - Audiência pública.

P - Em que ponto está esse projeto? Já está pronto para votação em plenário?

R - Não sei informar o senhor.

P - O senhor sabe de quem é o Projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - Acho que é da nobre Vereadora Lenice Lemos.

O SR. AGNALDO CORDEIRO ALVES - É um projeto que fala sobre caçar licença.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - O que quero colocar aqui é o seguinte: a nobre Vereadora Claudete Alves, é muito ligada à nobre Vereadora Lenice Lemos. Quem sabe as duas poderiam trabalhar num projeto conjunto. Porque a Vereadora Lenice Lemos, já apresentou um para poder ter o fechamento a fiscalização acabar com a licença de



funcionamento. E a Vereadora Claudete Alves faz alguns artigos do item 1 ao item 5, que já faz parte da legislação federal. Só que vai ajudar esse projeto é o artigo 6º, que eu concordo. A distância, não tenho conhecimento que vocês têm. Mas eu concordo. Mas tem de ter uma opção mais forte, porque só multa, o que ele ganha lá paga a multa e continua vendendo. Acho que tirar a licença de funcionamento, acho que de fato é o que resolve.

O SR. AGNALDO CORDEIRO ALVES- Hoje a lei municipal, posso fiscalizar, interditar e multar e aquele estabelecimento perderia a licença de funcionamento não está ...

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Seria interessante. Sr. Presidente, sugiro que faça contato com a Vereadora Claudete, independente que audiência pública vai continuar, mas seria importante que V.Exa. conversasse com a nobre Vereadora Claudete e a Vereadora Lenice Lemos, que somasse os dois projetos, acho que facilita a intenção é válida.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - Apenas uma informação, Vereador, é que já passou aqui pelas duas audiências da nossa Comissão e está hoje na Comissão de Finanças e Orçamento.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Só para ficar claro o seguinte, as duas vereadoras, pode em plenário apresentar um substitutivo. V.Exa., para poder ajudar, a instituição, conversasse com a Claudete e a Vereadora Lenice, elas se entendiam, quando chegar ao plenário nós entramos com emenda e somam as duas no plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - Há mais alguma declaração a fazer? (Pausa) Não havendo agradeco. Também declaro que passou por essa comissão o PL 103/06, da nobre Vereadora Claudete Alves.

Com a palavra Dr. Luiz Alberto, Presidente do COMUDA.

O SR. LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes, inclusive uma das questões que vou falar diz respeito a questão dos solventes. Antes de falar alguma coisa sobre o COMUDA, gostaria de parabenizar a comissão, pela iniciativa de nos chamar. Acho importante que mais pessoas saibam da existência do COMUDA e das atividades que são desenvolvidas por ele. E quero parabenizar o projeto sobre

os idosos é muito interessante é um foco que tem de ser dado. Achei extremamente interessante e realmente cidadão, o projeto que cria o cartão Criança Cidadã, é uma maneira de irmos formando na criança essa atitude cidadã. Durante 10 anos trabalhei na CPTM, e sabemos o quanto é importante isso, nesse uso adequado do transporte público que pode ser induzido até por isso daí, talvez uma sugestão acrescentar que acompanhasse a distribuição desse cartão de informes para a família e para a criança sobre a importância do transporte público.

O COMUDA é um órgão muito jovem. Criado em 2002, para vocês terem idéia o Conselho Estadual de Entorpeceste é de 1985, o Município demorou muito tempo para ter o conselho. Mas hoje ele tem o conselho que podemos afirmar que sem dúvida alguma é o conselho mais atuante em relação a todos as capitais do Brasil. Ele tem uma presença e uma atuação grande. Criado por uma lei da então Vereadora Lucila Pizzani, que até pouco tempo atrás ainda era conselheira nossa e nós assumimos a dois anos atrás e reassumimos, agora, fomos reeleitos para um novo mandato. E quando assumimos, procuramos dar o foco na criança e no adolescente, porque se faz pouco em temo de prevenção. A SENAD, citada agora há pouco, que é a Secretaria Nacional Ante Drogas fez um estudo em 2001, um levantamento domiciliar que apontou, por exemplo, para o álcool 12,1% de dependentes, sendo que 5% na faixa etária de 12 a 17 anos. Doze a 17 anos, alcoólatras. Crianças e adolescentes. Em 2005, essa pesquisa foi repetida e é importante que a Secretaria Municipal de Saúde atente para isso, e tivemos na faixa etária de 12 a 17 anos o aumento para 7%. E o aumento geral para 12,3% de 11,2 para 12,3%. O que mostra esse dado - eu destaquei o álcool, mas todas as outras drogas aumentaram - o que mostra esse dado? Que nossas políticas públicas de prevenção, ou são ineficazes, ou são insuficientes ou elas não existem. Quando falamos em 12,3% de alcoólatras se eu somar os outros dependentes de maconha, cocaína, medicamentos, anfetaminas, os voláteis, os solventes, temos 15% da população brasileira, acima de 12 anos, é dependente de uma ou mais drogas efetuando o tabaco. Se imaginarmos que cada um desses dependentes tem pai, mãe filho, filha, esposa, esposa, namorado ou

namorada, a dependência química afeta de uma maneira direta mais de 50% da população brasileira, e não só acessa à saúde, como concorre muito expressivamente para a violência e para a criminalidade. A falta de políticas públicas, conseqüente continuadas é lamentável e isso falta em todo o Brasil e nós podemos dizer que também, apesar de toda boa vontade do conselho nós ainda capengamos nessas políticas. Que inclusive arrebate até para a própria gravidez na adolescência. Que é um dos concorrentes. Escolhemos como plano de gestão a prevenção, principalmente, das drogas legalizadas junto a criação e adolescentes. E procuramos dar uma visibilidade para o conselho. Hoje o COMUDA ainda é uma palavra feia. Quando falamos o COMUDA ninguém sabe o que é. É esse conselho de políticas públicas sobre drogas e álcool do Município de São Paulo. Procuramos criar em cada subprefeitura o conselho comunitário que São Paulo não é uma cidade, São Paulo, é um País. Temos uma população superior à de Portugal, a de Cuba temos de pensar, não como cidade, mas como um País que somos. O COMUDA na Libero Badaró não vai poder atuar lá na Cidade Tiradentes, em Campo Limpo, no Tremembé. O que fizemos? Criamos em cada subprefeitura os conselhos comunitários de atenção às drogas informal, não faz parte da lei, mas é uma maneira de espalhar o trabalho nas várias subprefeituras. E chamamos as Universidades para compor uma câmara técnica do conselho, buscando por meio dessas ações um apoio institucional e político.

Produzimos dois livros que os vereadores e os nossos parceiros ai do plenário receberam esse guia prático sobre uso e abuso, e dependência de drogas, e substâncias sequativas já foi distribuído para todos os conselheiros tutelares, para as unidades de saúde, para os coordenadores pedagógicos da secretaria municipal de Educação, com o objetivo de criar uma homogeneização de conceitos porque a questão da drogas é cercada de muitos mitos e de muitos preconceitos. Só acaba com mitos e preconceitos com a educação. Essa é uma maneira que o Conselho busca contribuir com a educação. E essa obra aqui, é um filhote nosso que preso muito. O seu vizinho chega para você hoje e diz: estou com meu filho usando cocaína, onde levo? O que você responde? As maiorias das pessoas não sabem para onde



Folha 33 de 66/06

encaminhar ou buscar orientação e ajuda. O Município de São Paulo é o primeiro grande município brasileiro que tem hoje um guia drogas onde obter orientação e ajuda. E não é só um guia de clínicas, ou hospitais, mas também dos recursos comunitários. Os grupos de mutua ajuda, alcoólicos anônimos, narcóticos anônimos, os seus equivalentes familiares: Alanon, Naranon, o amor exigente de maneira que a população tenha acesso onde obter orientação e ajuda. Fizemos uma primeira edição, muito pobre, 2 mil exemplares, mas conseguimos junto ao nosso Secretário Ricardo Montoro, uma reedição de 5 mil exemplares e estamos buscando apoio patrocínio para que se faça, entrei em contato com vários laboratórios farmacêuticos, por exemplo, a Faiver, está lançando um produto para tabagismo, porque ela não patrocina uma edição de 30 mil exemplares disso, para distribuímos amplamente para a população que precisa de orientação. Confesso, que em toda a minha passagem pelo COMUDA eu conseguir fazer isso, já ia ficar contente.

Fizemos uma sensibilização que já vem há dois anos e meio, dos comerciantes para na venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos. Inclusive distribuímos um cartaz com os dizeres: "Aqui cumprimos a lei, não vendemos bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes". Fizemos essa atividade junto com as subprefeituras também. O Covisa esteve participando junto conosco desta atividade.

E sugerimos num projeto de lei, que já deve ter entrado, de criação de espaços especiais nos supermercados de São Paulo para venda de bebida alcoólica. Hoje eu entro no supermercado e onde eu vou buscar bebida alcoólica é onde tem refrigerantes, águas e sucos. Existe um trabalho feito nos Estados Unidos, montou-se um supermercado mirim e as crianças de cinco, seis anos iam com seus carrinhos fazer as compras. Era uma forma de estudar como que as crianças se comportavam num ambiente de comércio, onde as crianças iam em primeiro lugar. Nas bebidas alcoólicas, seguindo um padrão cultural de consumo dos seus pais. Então criação de ambientes especiais fechados, não trancados, mas isolados para venda de bebidas alcoólicas não ser uma coisa tratada como se fosse uma outra bebida, um refrigerante ou coisa que o valha.

Fizemos também uma grande pesquisa, a maior pesquisa realizada no Brasil sobre o beber e dirigir. Nós escolhemos cinco pontos da cidade de São Paulo, em conjunto com a Guarda Civil Metropolitana, com a CET e com a Polícia Militar, lugares onde tinham maior índice de acidente com vítimas e fizemos essa pesquisa de novembro de 2006 a março de 2007, 2.520 motoristas foram entrevistados e submetidos, a maioria deles, à prova do bafômetro, bafômetro passivo e o ativo. O de cima é o passivo, é uma lanterna que chupa o ar espirado e nos dá a alcoolemia. Então o que nós fizemos, esse número é assustador. Nós temos uma pesquisa que foi apresentada na semana passada no Congresso Brasileiro de Álcool e Drogas que mostrou que 50% da população bebe e 50% da população não bebe. Os 50% da população que bebe, 25% bebe muito e 25% bebe mais ou menos, socialmente, mesmo os que bebem muito, alguns são sociais, só que um social mais intensivo. Isso daí é um número que me trouxe uma certa folga, vamos dizer assim, porque quando a gente compara com a Europa, lá é variável, Rússia, França, Alemanha e Portugal não são iguais, é variável, mas, mais ou menos, 5% a 10% da população européia é abstinente, o que corresponde a 90%, 95% de bebedores, muito mais do que aqui. Nos Estados Unidos é meio parecido conosco, se bebe um pouquinho mais nos Estados Unidos. Então isso é reconfortante, porém, quando a gente vai sobre a questão beber e dirigir a coisa é grave porque nós tivemos 20% dos entrevistados, 20,4% alcoolemia positiva acima do preconizado na lei, quer dizer, de cada cinco carros que o senhor vai pegar sexta e sábado à noite, um deles tem um motorista potencialmente produtor de acidente grave, 20% e esse número é assustador. As pesquisas internacionais mostram 3% a 5% nos países da Europa e da América do Norte. Então realmente é um número assustador e esse número bate com outros estudos brasileiros. Diadema, Santos, Belo Horizonte e Vitória fizeram estudos similares muito menores do que o nosso, o nosso é o maior, apontando isso aí. Então é uma questão de saúde pública a questão do controle do beber e dirigir.

"Respire vida. Cola não Decola" é uma de nossas propostas, também fizemos uma sensibilização do varejo junto aos comerciantes, distribuindo esse cartaz e sensibilizantes e



seus empregados da não venda desse produto para crianças e adolescentes. Fizemos várias ações com os comerciantes e usuários e fizemos, inclusive, em agosto uma teleconferência com um especialista americano, exatamente para criar mais subsídios técnicos e científicos para que a gente possa melhor desenvolver esse trabalho no nosso meio.

Fizemos em 2005 a II Conferência Municipal, com a participação de cerca de 700 pessoas, 700 delegados vindos de todas as subprefeituras, diversos eventos dirigidos aos educadores da Secretaria Municipal de Educação e muitos eventos relacionados a tabagismo, em vários ambientes. Em agosto de 2006 um fórum com o Conem, um outro, e sei que o Vereador gosta desse tema, no ambiente de trabalho. Fizemos um evento para prevenção de drogas no ambiente de trabalho, porque isso funciona. 80% dos dependentes de drogas estão empregados. É um dos mitos que o alcoólatra, que o dependente de drogas não tem emprego. Quase 80% dos dependentes estão empregados. Então, se nós atuarmos nas empresas, nas instituições, conseguimos resultados.

Pessoalmente fiz um programa continuado na CPTM e tivemos o índice de sucesso, de eficácia de 75%, que é um índice muito bom, muito maior do que a média da literatura mundial, que conseguimos por conhecer o ambiente de trabalho e poder intervir nesse ambiente, não penalizando o empregado, mas dando oportunidade para que se trate de uma doença e que seja produtivo para a empresa.

Trouxemos uma especialista dos Estados Unidos, fizemos na Feicomércio um grande evento sobre drogas no ambiente de trabalho, qualidade de vida nas empresas, enfim, vários eventos já foram realizados pelo Comuda. Temos algumas fotos do Dia Mundial sem Tabaco deste ano, fizemos um “cigarrão”, no Viaduto do Chá, que chamou a atenção de muita gente e onde fizemos também a dosagem pelo espirômetro do monóxido de carbono, mostrando o grau de dependência que o tabagista tem.

Eu estava vendo que a Câmara Municipal de São Paulo não é um ambiente livre de tabaco, é uma sugestão à Comissão de Saúde para que crie essa condição de ambiente livre de tabaco à Câmara. Até respeitando uma lei municipal que proíbe o uso de tabaco em



ambientes fechados, só para cumprir a lei.

Então, fizemos em agosto, recentemente, um evento de comunidades terapêuticas, porque se a prevenção vai mal, o tratamento vai pior ainda. Não temos locais adequados para tratamento, quer seja ambulatorial, que seja em regime de internação. O município de São Paulo tem poucos cafs (?), que têm uma capacidade de intervenção muito baixa, muito pequena e limitada. Então, temos de induzir a Secretaria Municipal de Saúde que comece a ver a epidemiologia dessa questão e começar a questão do tratamento muito cedo. Não adianta tratar o dependente com 20, 30, 40 anos, porque sabemos que a coisa é de menor eficácia. Então, temos dificuldades de tratamento.

Fizemos esse evento das comunidades terapêuticas, estamos participando do ambiente livre de tabaco. Este ano irão morrer no Brasil 200 mil pessoas de doenças diretamente relacionadas ao tabaco.

Quais são as dificuldades que temos? Primeiro, entender o real papel das drogas na sociedade. Muitas vezes a coisa é tratada na brincadeira, deixa eu tomar mais uma aqui. Não podemos esquecer que 12,3% da população brasileira é dependente do álcool. Isso traz um prejuízo social, econômico enorme para o país. Hoje, começa a despertar para o tema, o próprio Ministro da Saúde está muito atento a isso. Inclusive é uma surpresa para nós que é o Ministro que mais tem falado na questão de drogas em todos os ambientes. É realmente necessário fazer com que a população ouça a questão drogas como realmente é. Quando vou fazer palestras por aí, pergunto: quem nunca usou drogas? Está vendo, eu falei do álcool, a senhora nunca tomou uma taça de champagne? Não já tomou uma cervejinha, licor no natal? Um pouquinho.

Quando a gente fala em drogas, é maconha, cocaína. Todo mundo esquece do álcool, dos medicamentos peso diazepínicos, as anfetaminas, os calmantes, tranqüilizantes que são drogas que produzem dependência. Então, temos que criar uma cultura na população de atenção às drogas, principalmente, as legalizadas e definitivamente apoiar as ações de prevenção e tratamento.

37 06/10/06

Orçamentos reduzidos, o Comuda é um conselho, o ideal é que fosse uma coordenação ou subsecretaria, com orçamento definido e com capacidade de intervenção juntamente com a Secretaria da Educação, da Saúde, para realmente conseguir fazer mais do que ele faz hoje. Nosso orçamento é extremamente limitado e há necessidade de que esses organismos, o Comuda, em especial, tenha metas muito bem definidas, o que ele quer e indicadores. Infelizmente, devido à exigüidade de recursos nós não podemos fazer pesquisas que mostrem se o nosso trabalho está sendo realmente bom ou não. A gente acredita que está, mas eu não tenho números que possam dizer claramente isso.

Mas, Presidente, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com vocês. Contamos com vocês no apoio à nossa luta para que a sociedade tenha maior qualidade de vida com menos droga. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Eu vou abrir a palavra, se alguém quiser fazer alguma pergunta para o Dr. Luís. Dr. Luís eu quero agradecer sua presença aqui e a sua vinda aqui. Nós tínhamos como objetivo indicar uma pessoa para estar fazendo parte do conselho. Então nós conversamos aqui, falamos com a Vereadora Noemi Nonato e S.Exa., a partir de hoje, é indicada por esta Comissão para fazer parte do Conselho Municipal de Drogas e Álcool. Precisaríamos ter acesso ao calendário para saber as datas das reuniões. Quem sabe, também, eu posso estar participando de algumas das reuniões.

Dr. Luís, eu queria dizer o seguinte, eu tenho uma preocupação muito grande com a questão do álcool, porque as outras drogas são mais, pode ser até mais perigosa, mas não são públicas, mas o álcool é público. Por exemplo, a Comissão da Criança e Adolescente tem feito algumas blitz na cidade de São Paulo para encontrar crianças que vendem nos faróis à noite, criança que vão a essas casas noturnas para vender florzinha para o casal, então a gente fez muito isso no ano passado e um dos problemas que a gente detectou também na adolescência é que, por exemplo, nós estivemos na região de Pinheiros, Dra. René,, por volta de meia-noite até as 3h da manhã, o que você vê de jovens alcoolizados brigando, tem muito barzinho nesta cidade, eles brigando, quebrando garrafa, bombeiro tem que vir, política tem que vir. Às vezes



eu fico pensando como é que a gente vai fazer, qual é o mecanismo para que essas coisas não aconteçam. O álcool não pode ser vendido para menor de 18 anos, mas o camarada está lá para vender, o camarada chega para comprar ele vai falar: "Eu não vendo porque você não tem 18 anos". Nas periferias muito pior, porque nas periferias o cara já não vende nada, quando chega um menor para comprar uma cerveja ou qualquer tipo de bebida, o cara quer mais é vender e como a gente vai fiscalizar esse tipo de coisa? Nós não vamos ter fiscal, porque teríamos que ter um fiscal para cada pessoa, para cada jovem.

Eu acho que está Comissão tem um trabalho, uma tarefa que é de estudar meios de como, não diria acabar com isso, mas, pelo menos, diminuir o uso e o abuso do álcool na nossa cidade, não só na nossa cidade, eu falo nossa cidade porque a gente mora aqui, convive aqui, mas isso está acontecendo em todas as regiões. Por exemplo, tem algumas leis aprovadas nesta Casa, tem lugar que bar não pode ficar mais aberto a partir das X horas, mas quando alguém vai lá e fala: "Você tem que fechar o bar" aí vira uma guerra porque o camarada fala que tem que vender, porque tem que gerar emprego e tem isso e aquilo outro. Então é um absurdo. Se vocês ainda não conhecem, dêem uma volta nesses barzinhos, principalmente sexta-feira à noite, todos os dias, mas sexta-feira e sábado vocês vão ver que eles fecham as calçadas e ali a juventude nossa tomando, bebendo, brigando. Isso é uma coisa absurda nesta cidade.

Queria parabenizar V.Sa., Dr. Luís. Depois, se o puder deixar conosco esse material eu agradeceria.

O SR. LUÍS - Ele está registrado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - A gente precisa.

Eu queria também, Dr. Luís, mais para frente a gente faz uma reunião bem ampla, com bastante gente para vir aqui, num dia específico para tratar da questão da droga e do álcool na cidade de São Paulo.

Nós temos dez minutos e temos inscritos três pessoas. Vou dar a palavra para o Sr. Lima e quem quiser se inscrever o faça na fala dele, porque depois vamos encerrar as



inscrições.

Não pode passar de três minutos, Sr. Lima, caso contrário a gente não termina a reunião.

Tem a palavra o Sr. Lima, do Conselho de Saúde do Jardim Helena.

O SR. LIMA - Boa tarde a todos. Queria agradecer ao Dr. Luís pelos eu trabalho e dizer para ele que saiu desta Casa hoje mais enriquecido pelas informações que eu tive.

Eu sou liderança do Jardim Pantanal há mais de 20 anos e sempre discuti a questão da droga, do vício e do álcool. Eu questionava com o Dr. Luís, até porque ele tem um conselho atuante na cidade e isso mostra claro a preocupação que ele tem com a sociedade, não só de São Paulo, mas de todo o Brasil, porque essa experiência se tornou uma experiência nacional. Não estou rasgando seda, Dr. Luís, eu faço um trabalho social, não sou bancado, não sou empresário, e tão pouco faço questão de ser algum burguês que está lá dentro do seu iate, talvez até vendendo droga, como um cidadão que foi pego recentemente, o cara tinha iate. Ai você vê a preocupação do jovem da periferia. Torno a repetir, eu moro no Pantanal, no fundão da zona leste, entre São Miguel Paulista e Itaim, então falo com os pés no chão. Falo por que? Recentemente, uns três ou quatro meses atrás, eu vi três jovens serem mortos por conta do álcool. Esse jovem bebeu até aproximadamente 3h da madrugada e bateu um carro e foram os três vitimados e eram meus colegas. Quero dizer que o Dr. Luís tem experiência. Gostaria muito que o Dr. Luís comprasse essa briga até com o Parlamento, o Vereador Zelão é uma pessoa que acompanha muito isso, tem vários Parlamentares aqui presentes, quer dizer, que criasse uma lei municipal, Diadema tem essa lei, eu não sei como a gente poderia implantar.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - Aqui tem a lei, é do Vereador Jooji Hato.

O SR. LIMA - Que até meia-noite você pode ficar lá com a padaria aberta. Inventaram agora padaria 24 horas, supermercado 24 horas, que acho que isso só veio agravar o problema da droga e do álcool, quer dizer, se a gente tivesse essa lei implantada na cidade, eu faço parte dos Consegs lá do 59 DP e fui falar isso para um Capitão e ele falou:



“Lima, a gente não pode chegar lá no comércio por casa do alvará” e a gente sabe que está perdendo jovem com álcool e com droga por causa desses barzinhos, como em Pinheiros. Realmente essa é a realidade que nós vivemos.

Só queria saber, se tem a lei, como cumprir a lei porque eu acho que beneficia todo cidadão, pai de família que foi vitimado, eu, como colega, o Dr. Luís, como mentor dessa grande idéia. Mais uma vez, Dr. Luís e os presentes que estão hoje aqui, parabéns porque tiveram um papel de cidadania. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Tem a palavra a Sra. Maria Eliete de Sousa, do Conselho Municipal do Idoso.

A SRA. MARIA ELIETE DE SOUSA - Boa tarde. Eu queria fazer uma proposta, porque é triste você ver o idoso estar com o vírus do HIV por usar droga injetável. Ele vende pela necessidade de não ter emprego nas escolas. Eu acho triste passar a noite no salão de baile e é só funk e ver o idoso na porta de um clube da cidade vendendo droga, é o meio de vida para ele. Ele não sabe que está passando, vendendo aquela droga para ganhar o pão de cada dia dele e vendendo para os jovens. Ele esquece que tem medo.

Então é uma proposta minha, eu gostaria que o senhor fizesse um seminário sobre droga, álcool e outras substâncias para pessoas da terceira idade, chamasse esses idosos aqui para conscientizar. Depois eu não sei se ele não vender droga, induzindo as pessoas para usar droga, se ele vai sobreviver, ter o pão de cada dia amanhã, mas é muito triste um idoso ficar vendendo droga. Não existe esse negócio de fiscalização, o Governo não contrata fiscais, se você liga para a polícia, liga para a Guarda Metropolitana, enquanto você está ligando para a polícia e para a Guarda Metropolitana você já apanhou na rua porque, primeiro de tudo, você liga para a polícia você não é identificado, mas passa cinco minutos e ela liga para você: “A senhora acabou de ligar para cá fazendo a denúncia”, já tirou minha privacidade eu já fico com medo porque eu não sei quem é que está atendendo ao telefone, eu não sei quem é, porque existem os bons profissionais e os maus, eu posso estar ligando para a polícia e aquele policial sabe quem é a pessoa e ele está acobertando a pessoa que está vendendo droga. Então é



perigoso. Por isso que eu gostaria que o senhor chamasse a terceira idade aqui, porque quando é dado na Secretaria Municipal de Saúde que o idoso, terceira idade, de 40 a 50 morreu com vírus sexualmente transmissível, você sabe que foi um ato sexual, mas tem sido outros e os outros não fala porque lá eles vão fazer o tratamento do HIV, tem o nome deles, mas eles não falam que é o idoso e é por uso de droga injetável, porque ele vende e também usa.

Agora eu acho triste, horrível, é um pai não querer que o filho beba e ele tem um estoque de bebida na casa dele e na hora de ir para a farra, na hora da refeição ele oferece a bebida também para o filho. É triste, não se faz estoque de bebidas. Eu nunca bebi na minha vida, todo mundo sabe, eu tenho vontade de provar champanhe, mas também tenho um médico que é muito bem humorado e ele falou: "Vó, tira essa vontade. A champanhe é vinagre, água e açúcar. É terrível".

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado, Dona Maria Eliete.

Tem a palavra a Sra. Sônia Alves, que é Assessora aqui da Comissão.

A SRA. SONIA ALVES – Boa tarde, Dr. Luís, Vereadores. Quero parabenizar o Dr. Luís porque esse trabalho é muito árduo, incansável. Na verdade, não adianta só proibir a venda nos bares, é preciso que haja educação para isso. Mesmo que haja o fornecimento, que a pessoa não procure. Esse é o caso das drogas. Estamos assistindo desde o século passado, até agora a briga do tráfico de drogas. Ela é ilícita, no entanto quase todos os jovens, não só no Rio de Janeiro, mas em todos os Estados têm acesso facilmente às drogas. É uma questão então de educar para prevenir.

Mas minha pergunta principal é a respeito dos dois cartazes. Eu fiquei com dúvida. Aqui está assim: "Nós cumprimos a lei, não vendemos bebidas alcoólica para crianças, adolescentes, menores de 18 anos. Disque-Denúncia 181". E no outro está Disque-Denúncia 156. Fiquei com dúvida em relação a isso. Gostaria que me respondesse. Boa tarde, e obrigada.



O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Tem a palavra Antônio

Carlos do Movimento Popular de Saúde Capela do Socorro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS – Agora vai ficar protocolado nesta comissão a briga pela UBS que vocês nos ajudaram a fazer as emendas o ano passado. Infelizmente, até agora continuamos com falta de UBS na Capela do Socorro. A própria coordenadoria de saúde reconhece a falta de 12. (Pausa)

Quero bater de novo na tecla da fiscalização. Já fui conselheiro tutelar e tínhamos dificuldade em bares, restaurantes porque não é papel do conselheiro. Ele tem de articular, chamar a atenção, provocar o serviço público que faz isso. Por exemplo, na Capela do Socorro tem barzinhos, danceterias em que rola droga, bebidas e não tem fiscalização. A suspeita é de que, às vezes, até a polícia está sabendo. É um negócio preocupante. Por exemplo, sabemos que o GAECO, que é um grupo especial de promotores atuam nesse sentido. Até a questão de Diadema que aquele senhor defendeu, temos de brigar para que na cidade a lei fosse cumprida, porque é o fim da picada. Temos fazer como fizeram nos outdoor, uma atitude forte.

Era pouco isso aí que queria dizer. (Pausa)

Não sei se posso utilizar esses dois minutos porque a Dra. Atenê (?) falasse um pouco, por exemplo, o Programa de Atendimento da Gravidez Precoce que é um atendimento que cai ou com pediatra ou clínica. Quando é que vamos ter um Hebiatra?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Tem a palavra à doutora.

A SRA. ATHENÊ MARIA MARCO MAURO – Olha, hebiatra é uma especialidade que o pediatra faz. Tem a Pediatria e depois ele faz essa especialidade em medicina para adolescente. Porque Hebi é a Deusa da Juventude na mitologia grega, por isso tem o nome chique de Hebiatria.

Na verdade, o Pediatra que não tem essa especialização está capacitado a atender o adolescente porque na faculdade quando escolheu Pediatria aprendeu a lidar com o



43 661/06

crescimento e desenvolvimento inerente a essa faixa etária. O Pediatra, por lei, é obrigado a atender adolescente até 20 anos. Esse Pediatra que não consegue resolver um problema de adolescente, que é mais específico, por exemplo, estar com o crescimento atrasado, acne grave, ele encaminha para o especialista em medicina para adolescentes que são os Hebiatras. Então, para atender o adolescente e fazer parte do programa não precisa dessa especialidade. A maioria dos adolescentes não vai precisar desse especialista, a maioria passa pela Pediatra. E o Ginecologista não precisa ter especialização em adolescente, precisa um olhar sensibilizado para as questões da adolescente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado, doutora. Então, Dr. Luís, o senhor pode responder as questões e fazer as considerações finais.

O SR. LUÍS – Presidente, antes quero ressaltar uma coisa que talvez não tenha deixado claro quando me queixei sobre o Orçamento. Estamos tendo muito apoio do Secretário Ricardo Montoro. Não podemos nos queixar, tem dado muita abertura, nos elogiado. Inclusive, temos recebido apoio do próprio Prefeito. Para terem uma idéia, o conselho Estadual de Entorpecentes, que existe desde 85, tem orçamento anual de 62 mil reais, o nosso orçamento, nós gastamos cerca de 800 mil reais. Embora sempre estejamos querendo um pouco mais, temos tido muito apoio do Secretário e do Prefeito, não podemos reclamar.

A questão levantada quanto à fiscalização em bares e restaurantes, durante algum tempo atuei na assessoria do Secretário Walter Feldman na Secretaria das Subprefeituras. Quando começamos a fazer a sensibilização dos comerciantes para não-venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, fomos tentar entender quantos bares, restaurantes e similares São Paulo tem. Alguém tem esse número? (Pausa) Ninguém tem, o que nós temos são cadastrados no CCM do Município de São Paulo 70 mil estabelecimentos que têm alguma relação com isso. Vejam bem que não estou colocando supermercados, vendas, vendinhas, mercadinhos. É um número que ninguém tem dimensionado. E o que é pior, a maioria é irregular. Então, o controle da fiscalização é muito difícil de ser praticado. Logicamente, temos de buscar meios para que comece a ser feito, talvez em uma área da cidade inicialmente,



Folha nº 44 661/06

aprendendo num plano piloto para que possamos crescer para o restante da cidade.

Os nossos cartazes que se referem aos números 181 e 156, quando começamos a campanha quem nos foi o Instituto São Paulo Contra a Violência que disponibilizou o 181 como Disque-Denúncia. Como era um número muito conhecido, não existia ainda o 156 da Prefeitura que posteriormente foi adotado na campanha dos solventes dos hidrocarbonetos. Esse livro, respondendo indagação do nobre Vereador, está no site da Prefeitura, pode ser reproduzido à vontade. Se notarem pode ver que tem a versão 1, drogas, onde obter ajuda e orientação porque sabemos que é incompleto, queremos ampliá-lo. Todo mundo que conhecer institutos, associações, clínicas, serviços, hospitais que tenham algum tipo de atuação quer seja em prevenção, tratamento ou mesmo em reabilitação, por favor, encaminhe para o COMUDA porque nós na próxima edição incluiremos os que forem fornecidos.

Ainda dentro da questão da fiscalização e do GAECO, procuramos no início da atividade o Ministério Público de São Paulo. Fomos bem-recebidos, com entusiasmo, etc, mas ficou nisso. Então, também acho que o Ministério Público está em dívida conosco. Realmente, não entrou junto porque fomos lá, formalizamos, mandamos ofício para o Rodrigo Pinho, fomos recebidos por um promotor que cuida da cidadania, de criança e adolescente, mas ficou na conversa.

Por último, quanto ao idoso, já sinalizei para o José Florentino, nosso Secretário Executivo, vamos fazer um evento juntos. O Conselho Municipal do Idoso e o COMUDA dirigido especialmente aos idosos para fazer essa atuação. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado, Dr. Luís. Cada ano que passa ele fica mais novo, conheço-o faz muito tempo. Já briguei com ele na CPTM, brigamos. Agora que eu descobri que os projetos das estações de trem que estão sendo construído hoje, foi na época dele na Francisco Matarazzo. Depois na Casa Civil, quando era o Walter Feldman. Eu pensei, eu conheço esse camarada, mas ele está mais novo. (Risos)

Agradeço a presença dos alunos da Fisioterapia da UNIP.



Doutor, no dia 26 vamos fazer uma atividade aqui para o idoso. Vai estar presente o Dr. Cássio, o sobrenome eu não me lembro, mas esteve aqui na última quarta-feira. Ele veio representando a ex-Secretária Orsini, porque ela tinha se machucado. Mas ele vai estar aqui dia 26 para falar sobre as doenças sexualmente transmissíveis.

Em nome desta comissão, quero convidá-la para se puder, podia vir no dia do evento. Juntaria com o debate, aproveitaria os idosos e falava.

O SR. LUÍS – Infelizmente, não estarei em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – É uma pena. Para uma outra atividade que fizemos convidaremos o Dr. Laércio porque ele mudou, ele não fala que é o Dr. Laco, é o Dr. Laco.

Agradeço as presenças de todos vocês. Agradeço a Dr. Atenê, Dr. Laércio que é o Dr. Laco.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convoco a todos para a próxima reunião ordinária, dia 19 de setembro, às 13h, no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo. Tenham todos uma boa tarde.

Segu[m] jun[2]o de 19[8]4, nesta data
Documentado sob a rubrica de []
Rubricado sob folha nº 46
a Em 29/10/107

M. Lucio
ANA LUCIA DE OLIVEIRA SOUSA
RF 100.823
Secretária



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO ,
IDOSO E MULHER**

PRESIDENTE: JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 661/06
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 17 de outubro de 2007

OBSERVAÇÕES:

- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

Recebido na Comissão de
Saúde P., Soc. e Trabalho
Em 22-10-07 às 14:00 h.

9311-B

Mauo
ANA LUCIA DE OLIVEIRA SOUSA
RF 100.823



O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 15ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher.

Convido para compor a Mesa a Secretaria Municipal de Saúde. Consulto o Plenário se há alguém mais da Secretaria de Saúde, além do pessoal da Covisa. (Pausa).

Passemos aos projetos. As pessoas que têm interesse em debater os projetos façam suas inscrições com a assessoria da Comissão.

O primeiro tema de hoje é vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador. Em segunda audiência pública, temos o PL 75/2007, da Vereadora Claudete Alves. Institui a Campanha Permanente de Desratização no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Há algum representante da Vereadora presente? (Pausa). Covisa gostaria de se pronunciar? (Pausa). Não havendo nenhum inscrito para falar sobre o projeto, dou por realizada a segunda audiência do PL 75/07, da Vereadora Claudete Alves.

Também em segunda audiência pública o PL 103/2006, da Vereadora Claudete Alves, que dispõe sobre a comercialização de adesivos químicos de contato a base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos, e dá outras providências. (Pausa). Também não há ninguém que queira pronunciar-se sobre o projeto. Dessa forma, dou por realizada a segunda audiência pública do PL 102/2006.

Em primeira audiência pública, temos o PL 327/2007, do Vereador Wadih Mutran, que dispõe sobre a obrigatoriedade de a prefeitura municipal conceder um dia de licença, por ano, para realização de exame preventivo de câncer ginecológico e de próstata para funcionários públicos com mais de 40 anos de idade e 30 anos ou mais para mulheres. Suspendo a reunião por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Reaberta a reunião.



Sobre o projeto do Vereador, Wadih Mutran, consulto se alguém do plenário quer fazer uso da palavra. (Pausa) Não havendo nenhum inscrito para falar sobre o projeto, dou por realizada a primeira audiência pública sobre o PL 327/2007.

Também em primeira audiência pública o PL 319/2006, do Vereador Russomanno, que Proíbe a comercialização de carne pré-moída e embalada pelos supermercados, mercados, açougues e similares no Município de São Paulo e dá outras providências. Consulto se alguém do plenário quer fazer uso da palavra. (Pausa) Pois não, peço que você se identifique.

A SRA. DENISE – Bom dia a todos. Meu nome é Denise. Sou da Covisa, da Subgerência de Alimentos. A gente está se posicionando contra especificamente a proibição da carne da pré-moída por aspectos técnicos. A pré-moagem de carne não pode ser simplesmente proibida. Existem aspectos técnicos que devem ser cumpridos em supermercados. E a simples proibição da comercialização não implica que a carne disponibilizada imediatamente ao consumidor seja de qualidade. Nós sempre batemos nisso, em todas as Comissões a que a gente vem. Não é simplesmente a proibição da comercialização: qualquer produto perecível tem de ter condições adequadas de manutenção, manipulação e distribuição à população. Então, a simples proibição de comercialização da carne pré-moída não implica a disponibilização de carne de qualidade ao consumidor. Nós nos posicionamos contra simplesmente à proibição da pré-moagem da carne. A carne pode ser pré-moída ou não, de acordo com a opção do consumidor e sempre fundamentado em critérios técnicos como esse procedimento deve ser efetuado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado. Com as considerações da Covisa, dou por realizada a primeira audiência pública do PL 319/2006, do Vereador Russomanno.

Também em primeira audiência pública o PL 176/2006, do Vereador Aurélio Nomura, que dispõe sobre a criação do Programa Farmácia Solidária, que se constitui na coleta e distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes. Consulto se alguém do plenário



quer se pronunciar sobre o projeto. (Pausa) Tem a palavra Henrique, representante do Vereador.

O SR. HENRIQUE – Bom dia, Vereador Zelão, Presidente da Comissão Saúde, Srs. membros, senhoras e senhores. A presente propositura, como já bem disse o Vereador, visa criar o Programa Farmácia Solidária. Esse programa visa a possibilidade da coleta e destinação a usuários da rede pública de saúde, coleta de doações por parte de munícipes, já que, apesar de existirem legislações próximas, não acabam criando essa possibilidade de o munícipe realizar a sua doação. Na verdade, o intuito do Vereador foi detectado através do consumo por parte de muitas pessoas, mas não da totalidade dos medicamentos, que acabem saindo da validade, ocasionando outro problema, que é a destinação final desse medicamento vencido, já que o nosso município não possui um descarte apropriado. Dessa forma, antes de seu vencimento, esse medicamento seria destinado à rede pública, que realizaria as averiguações com relação à integridade desse medicamento, que, *a posteriori*, seria encaminhado aos cidadãos do nosso município.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado, Henrique. Consulto a Covisa. (Pausa) Você, do Conselho Municipal de Saúde, gostaria de falar sobre o projeto? (Pausa). Então, por favor.

O SR. FÁBIO - Bom dia a todos e a todas. Bom dia ao Presidente da Mesa. Gostaria de pedir um esclarecimento sobre o projeto de lei, visto que temos algumas propostas em relação ao fracionamento de medicação e que uma preocupação do Conselho é contemplar os munícipes em relação à abrangência do consumo dos medicamentos, eu gostaria de entender se não seria mais interessante a gente lutar pela questão do fracionamento da medicação e pela sua oferta à população, até porque o Prefeito disponibilizou, investiu o dobro do que for necessário. Pergunto se não seria mais interessante a gente “adendar” ao projeto alguma coisa nesse sentido. Preocupo-me com a questão da doação, com o controle disso. A gente sabe que é difícil controlar, estamos numa cidade com 11 milhões de pessoas. Então,



gostaria de saber como seria esse controle, dessa doação, desse repasse, e quem o faria. E, em segundo lugar, se seria possível um adendo sobre o fracionamento da medicação, que acho que seria mais interessante. Ou seja, evitaríamos o desperdício do medicamento e do dinheiro público e atenderíamos a população adequadamente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Henrique, você gostaria de responder?

O SR. HENRIQUE – Para esclarecer ao Sr. Fábio, lógico, o fracionamento é um caminho. Ao que única e exclusivamente o projeto acaba visando, independente da questão do fracionamento... Acho que um futuro projeto, ou, como o senhor disse, um que está em elaboração, contará com total do mandato do nosso Vereador Nomura. Mas a gente acabou visando essas questões já existentes na nossa situação atual. Com relação a cadastro de pessoas, essas doações e coletas seriam realizadas a partir de amostras grátis e desses usuários, em consultórios médicos, dentários, farmácias e municipais. E, dentro do nosso projeto de lei, acaba-se gerando a obrigação de um cadastro geral com relação de doadores, com nome e endereço desses doadores; uma relação geral de medicamentos, constatando a data de doação, e também para onde foi encaminhado esse medicamento.

Acabamos deixando, como incumbência da Secretaria Municipal de Saúde, organizar coleta e distribuição desses medicamentos, por meio dos Programas de Saúde da Família, postos de saúde e da Santa Casa.

Há um outro ponto específico aqui: Para se restringir um pouco mais os medicamentos e até para que haja melhor eficácia na distribuição e destinação de medicamentos doados, a população que for recebê-los deve estar cadastrada junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Municipal.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Tem a palavra o Sr. Ricardo, representante da Vigilância Sanitária.

O SR. RICARDO – Sou representante da Covisa, Coordenação de Vigilância em



Saúde e da Vigilância Sanitária de Medicamentos.

Quanto ao projeto, não temos dúvida da nobre intenção, de que pessoas que não tenham acesso a medicamentos possam ter, por meio de doações. Ocorre que acabamos esbarrando num critério técnico, bastante importante, o qual sempre frisamos. Esse é o segundo projeto de lei que respondemos. Há um terceiro caminhando também, a respeito de arrecadação de medicamentos. Esbarramos basicamente no critério de como se garantir que o medicamento doado esteja em condições adequadas para uso ou até mesmo que sua composição e validade perdurem, mantenham-se ao sair de uma drogaria ou farmácia.

Qual é o problema maior? A fiscalização da Vigilância Sanitária é feita desde à fabricação do medicamento, durante o processo de distribuição a uma drogaria e até a sua venda ao consumidor. A partir daí, tanto a pessoa pode colocar o medicamento, dentro do portas-luvas de seu carro, até chegar à sua casa. Sempre falamos que é necessário tomarmos muito cuidado com medicamentos. Depois que ele for usado, podemos colocar o que sobrou dele em uma caixinha dentro do banheiro. Nesse local, há muita umidade.

Há toda uma questão da condição adequada de medicamentos. A partir do momento em que fazemos coleta, podemos doar o produto, para que ele não cause riscos a uma criança ou uma pessoa adulta.

Se usarmos uma arrecadação, uma doação que recebemos para novamente dar a um outro cidadão, não conseguimos garantir que o medicamento tenha eficácia que queremos.

A falta de medicamentos é uma situação grave para o cidadão. Na Relação Municipal de Medicamentos, a Rede Remume, há uma listagem grande de medicamentos, os quais o SUS utiliza no município de São Paulo.

Com o aval da Assistência em Farmacêutica, há novos quatro novos medicamentos entrando, uns de maior custo. A ajuda maior de todos os Srs. Vereadores e do Poder Público vem no sentido de encampar, nessa relação municipal, na distribuição feita pela rede, medicamentos que entendemos ou que médicos da rede entendam que sejam necessários



serem implementados.

Para suprir essa possível falha, a doação pode levar a um problema maior do que a possível falha da medicação. Quanto a esse ponto, somos contrários.

A própria Organização Mundial de Saúde diz ser contra doação de medicamentos pela população, inclusive em calamidade pública. A Organização aceita medicamentos doados pela indústria, por uma distribuidora ou uma drogaria. Quando o medicamento vem da população, pelo fato de não se conseguir garantia, qualidade e eficiência ao produto, ele pode causar um problema maior ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Com as considerações de Covisa, Sr. Ricardo, proponho que depois vocês marcassem um contato, para acertarem alguns detalhes relacionados ao projeto. A essência do projeto é importante. Precisamos ver mais detalhes, para evitarmos problemas vindouros.

Dou por encerrada a primeira audiência pública ao PL 176/06, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura.

Também, em primeira audiência, está o PL 575/06, de autoria do nobre Vereador Ushitaro Kamia, que dispõe sobre a obrigatoriedade, no âmbito do município de São Paulo, advertência nos rótulos e nas embalagens de todos os produtos que contenham na sua composição os componentes que especifica, e dá outras providências.

Indago se há algum representante do nobre Vereador Ushitaro Kamia.

O SR. MARCOS TEIXEIRA – Bom dia, Sr. Presidente e demais presentes. trabalho no gabinete do nobre Vereador Ushitaro Kamia.

O presente projeto de lei faz advertência às seguintes substâncias: tartrazina, glutamato monossódico, benzoatos e metabisulfitos(?), no material a ser vendido na cidade de São Paulo.

O projeto baseou-se em algumas informações técnicas, que recebemos de alguns



médicos e de um informativo da Procuradoria da República do Estado de São Paulo, que, naquela época, recomendava a Agência Nacional de Vigilância Sanitária a editar um ato normativo, regulamentando a necessidade de informações na rotulagem de produtos alimentícios que contivessem esses elementos químicos, como já existe, em medicamentos, essa advertência. Queremos que o alimento consumido por toda a população também tenha uma advertência, como também há em medicamentos.

Estamos à disposição para responder eventuais perguntas.

A SRA. IVANIZA(?) – Sou da Covisa. Colocamo-nos, no momento, contra esse projeto de lei. Levantemos a bibliografia recente a respeito de elementos já mencionados. Há uma legislação federal a respeito desse assunto. Inclusive, grupos técnicos de Anvisa estão fazendo pesquisas clínicas a respeito da inclusão desses elementos químicos em rótulos.

As pesquisas ainda estão em andamento. Trouxemos referências bibliográficas recentes, repito. Percebemos que ainda não há informações conclusivas no momento quanto à relação de problemas nocivos à Saúde com a utilização de tais substâncias.

Há inclusive um informe técnico de Anvisa, em 24 de julho de 2007. Há estudos sendo realizados para o elemento amarelo tartasina. Antes de chegarem a uma conclusão definitiva desse estudo, achamos um pouco precipitado estarmos falando que esse é um produto nocivo à Saúde, repito.

Poderemos estar disponibilizando aos Srs. Vereadores e aos senhores presentes as referências bibliográficas. Inclusive alguns desses elementos já são obrigados a serem colocados, pela legislação, em rótulos. Somos contra a informação de que há substâncias nocivas à Saúde, tendo em vista que estudos técnicos ainda não provaram realmente essa afirmação.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sugerimos algumas informações, como as que são colocados em medicamentos, a exemplo da Novalgina. Nesse medicamento, está colocado, em sua embalagem, que há corante amarelo de Tartrazina, que pode causar reações de



natureza alérgica, entre as quais: asma, bronquite, especialmente em pessoas alérgicas à ácido acetil salicílico. Existe, no medicamento, esse aviso. Gostaríamos que, no alimento, onde há o mesmo princípio ativo, esse corante, houvesse também essa informação, igualmente como ocorre na Novalgina.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Depois das declarações da Covisa, está realizada a primeira audiência pública ao PL 575/06.

Também está, em primeira audiência, o PL 625/05, de autoria do ex-Vereador Quito Formiga, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem instalados, para uso exclusivo dos feirantes e funcionários, banheiros químicos em local em que funcionarem regularmente feiras livres, e dá outras providências.

Há algum representante do ex-Vereador Quito Formiga? (Pausa) A Covisa quer falar sobre o projeto? (Pausa)

Em não havendo nenhum inscrito para falar sobre o projeto, está realizada a primeira audiência pública ao PL 625/05.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a Presidência do nobre Vereador José Ferreira dos Santos – Zelão.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada esta audiência pública, e as cópias taquigráficas geradas nessa ocasião serão consideradas atas desta presente audiência pública.

Declaro aberta a 16ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho, Idoso e Mulher, com a presença do nobre Vereador Claudio Prado.

Consulto se há alguém da Secretaria de Finanças presente, porque nosso próximo tema é matéria tributária. (Pausa) Não havendo.

Passemos à apreciação do único PL desta matéria, PL 411/06, de autoria do nobre Vereador Claudio Prado, que consegue a isenção de Imposto Predial, Territorial e Urbano - IPTU, ao imóvel locado por aposentado e dá outras providências.

Com a palavra o nobre Vereador Claudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO - Sr. Presidente, gostaria de anunciar a presença de alguns componentes da diretoria do Sindicato Nacional os Aposentados, tem o Sr. Carlos André Ortiz, Presidente Estadual do Sindicato Nacional dos Aposentados, que vai falar sobre o projeto; Sr. Gentil, Presidente Municipal do Sindicato Municipal do Sindicato Nacional dos Aposentados. Quero agradecer a presença de todos, a ajuda nessa audiência pública ao projeto e convidá-los a prestigiar, sempre, nossa reunião, não só a respeito dessa questão, mas em outras proposições as quais tenho certeza que vocês poderiam ajudar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Com a palavra o sr. Carlos André Ortiz.

O SR. CARLOS ANDRÉ ORTIZ - Bom dia a todos. Cumprimentar o Presidente da Mesa, nobre Vereador Claudio Prado, idealizador desse projeto de lei, antes de falar sobre o projeto, gostaria de passar alguns dados e informes, enquanto sindicato nacional dos aposentados, pensionistas, idosos, sindicato nacional, eu aqui representando os aposentados e pensionistas e idosos do Estado de São Paulo, para que os senhores possam ter uma idéia, só no Estado de São Paulo, estamos beirando seis milhões de aposentados e pensionistas. O Município de São Paulo, esse grande município nosso, hoje já contamos, praticamente quase que um milhão e meio de aposentados e pensionistas. Para vocês terem uma idéia, acima de 60 anos, estamos praticamente falando em números redondos de um milhão de pessoas, aposentadas, pensionistas e idosos que têm acima de 60 anos. É uma grande categoria, podemos chamar de categoria, porque a pessoa quando se aposenta deixa a sua categoria de origem, e passa, praticamente a ser aposentado. Uma categoria só. Nessas andanças minhas



pelo Estado de São Paulo, o que temos visto é que mesmo nós, aposentados, pensionistas, idosos, sermos praticamente a maioria, quando falo no Estado de São Paulo, número de seis milhões, isso projeta para o Brasil um número que ultrapassa a 24 milhões só de aposentados e pensionistas do Sistema do INSS. Sem falar de funcionário público. então realmente é um número muito expressivo, não só a nível de Brasil, mas a nível do Estado de São Paulo, e vemos que mais de 8 0% dos Municípios do Estado de São Paulo, o poder, a força dos aposentados e pensionistas, a força tanto política e econômica, ela é muito grande. Econômica principalmente, porque você vê aqui no Estado em São Paulo, a média do ganho individual dos aposentados e pensionistas está girando em torno de 734 reais, ou seja, quase 750 reais. Isso quer dizer, que os aposentados aqui em São Paulo, eles injetam mais de Hum milhão por mês aqui na Prefeitura do Município de São Paulo. Não só na Prefeitura do Município de São Paulo mas em todo o Estado. Nos municípios que vemos, que na maioria deles, os aposentados, pensionistas, idosos, acabam sendo deixado de lado. E aqui em São Paulo, acho que com esse projeto de lei de autoria do nobre Vereador Claudio Prado, vem a encontro de corrigir uma distorção, ou corrigir uma coisa que foi cometida, talvez, involuntariamente, quando se criou a lei 11.714 que isenta os aposentados, pensionistas, que ganham até três salários mínimos, são aquelas pessoas que têm um imóvel. Essas pessoas foram beneficiadas com essa lei tornando essas pessoas isentas de pagar o imposto. Ou seja, a grande maioria das pessoas, dos aposentados, pensionistas, idosos, que tem, lógico, um único imóvel acabaram sendo beneficiado por essa lei. E esqueceram de uma minoria que são menos privilegiados que são aqueles aposentados, os pensionistas, principalmente os idosos, quando falamos idoso, aquelas pessoas que se aposentaram por idade que recebe salário mínimo que recebem um salário mínimo e pagam aluguel, quer dizer, essas pessoas foram esquecidas. Ou seja, qualquer aposentado pensionista que não onde morar, que não tem condições de morar com a família, com o filho ou com o genro, que tem de pagar um aluguel, quer dizer, tirar do seu sustento, tirar de uma renda que, segundo dados oficiais, está em torno



de 734 reais para pagar um aluguel que gira em torno de 300, 350, no máximo 400 reais que seria o limite máximo que uma pessoa dessas conseguiria pagar, ele acaba sendo penalizado tendo de pagar o imposto.

Não adianta, na maior parte dos contratos o cara faz com que além do aluguel conste no contrato que o inquilino vai pagar o imposto. Então, por isso, acho que o projeto de lei do vereador vem a calhar e corrigir uma distorção social que acontece em São Paulo. E vocês podem ter certeza que da mesma forma que estamos aqui hoje. Nós, principalmente, eu irei e orientarei, principalmente, os vice-presidentes das municipais de todo Estado a procurarem junto às Prefeituras do Estado de São Paulo que também faça com que vereadores ligados a nós; vereadores ligados aos idosos e aposentados, levem para seus para as câmaras dos seus municípios uma lei nesse sentido, ou seja, para beneficiar as pessoas que hoje estão marginalizadas, aquelas pessoas que ao longo de sua vida devido a um ridículo salário não conseguiram adquirir um imóvel e hoje, no final da vida, por uma infelicidade, têm de pagar um aluguel e ainda sendo penalizado pelo imposto.

Por isso, Vereador, cumprimento mais uma vez pelo projeto. Espero que seja aprovado para levarmos para todos os municípios.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Muito obrigado, Sr. Andreu.

Tem a palavra o nobre Vereador Cláudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO – Quero agradecer o Ortiz e volto a reiterar o convite. Acho importante que vocês estejam participando nessa luta. Eu acho que esse projeto nosso, Sr. Presidente, foi principalmente pelo que o Ortiz colocou. Não é possível; você sabe muito bem que todo inquilino, hoje, paga o IPTU, é o inquilino que paga o IPTU. Numa pesquisa feita em 2004, 78% dos aposentados ou têm uma residência ou os filhos, netos, dão a residência para ele. Quer dizer, é uma parte muito pequena que tem que ser corrigida socialmente para que ele se isente do IPTU já que não conseguiu durante a vida inteira adquirir uma residência.



Então, isentar esse aposentado ou pensionista, do IPTU, é o mínimo possível que o Município estaria fazendo, já que vai ter uma arrecadação em 2007 de quase 3 bilhões, do IPTU. Essa isenção não traria aos cofres públicos nada mais do que uns 300 ou 350 mil. Então, eu acho que retiraria dos cofres e daria para essa questão social que acho fundamental.

Então, nosso projeto visa isso, Sr. Presidente: essa correção social muito necessária para os aposentados que ganham até 3 salários mínimos e que pagam aluguel na capital paulista. E nós sabemos que esses aposentados não estão localizados aqui no Centro; provavelmente estão em todas as regiões periféricas mais carentes da nossa cidade. A região periférica já tem quase 1,5 milhão de casas isentas do IPTU; provavelmente esses aposentados têm um pagamento de aluguel de 150 a 200 reais, então não daria. Seria uma correção social justíssima para esta cidade que tanto arrecada com todo cidadão paulistano.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado, Vereador Claudio Prado. Eu quero parabenizá-lo pela idéia desse projeto, até porque vivemos num país onde os aposentados, principalmente que foram aposentados com salário baixo, vivem tantas dificuldades na nossa cidade. Nesse sentido, seu projeto vem ao encontro das necessidades desses trabalhadores que fizeram tanto por este país e que passam por dificuldades. O projeto é importante e com certeza esta comissão, da qual o senhor faz parte, vai estar apoiando-o. Quero parabenizá-lo e agradecer aos companheiros dos sindicatos que estiveram presentes hoje, acompanhando o Vereador Claudio Prado. Obrigado pela presença. Como disse o Vereador Claudio Prado, nossas reuniões ordinárias da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher acontecem todas as quartas-feiras às 13h, no Salão Nobre, 8º andar. Nós que já estamos com o telhado branco... Não é, Vereador? Ali estão todos de telhado branco, por isso que você os convidou para a reunião da Saúde e do Idoso. Então, obrigado pela presença.

Também declaro como realizada a audiência pública do PL 411, do Vereador Claudio Prado. Não havendo mais nada a ser tratado, declaro encerrada essa audiência



pública e que as notas taquigráficas geradas nesta ocasião sejam consideradas atas da presente audiência. Obrigado. Até daqui a pouco.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - São 10h55min. Declaro aberta a 17ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher no ano de 2007, com a presença do Vereador Claudio Prado.

Gostaria de perguntar se há algum representante do Município para discutir este tema. O tema é: “Assunto do Município”. Quero dizer que nós convidamos todas as Secretarias envolvidas para esta audiência pública de hoje.

O PL em primeira audiência é o PL 591/2005, de autoria do Vereador Adilson Amadeu, que dispõe sobre a obrigatoriedade da colocação de placas informativas luminosas de controle de vagas para carros nas entradas dos estacionamentos não-gratuitos, dos edifícios e condomínios comerciais na cidade de São Paulo e dá outras providências.

Eu consulto o plenário se há alguém do Vereador Adilson Amadeu. Não há ninguém presente para falar sobre o projeto? Alguém do Município, também não? Então, não havendo ninguém para debater e falar sobre o projeto, dou como realizada em primeira audiência o PL 591 do Vereador Adilson Amadeu.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada essa audiência pública e que as notas taquigráficas geradas nesta ocasião sejam consideradas ata da presente audiência.

(Pausa)

São 10h56min. Declaro aberta a 18ª audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher do ano de 2007. Quero registrar ainda ali, despedindo-se dos seus companheiros, o Vereador Claudio Prado.

O tema é: “Criança e Adolescente”. Queria consultar se há alguém do Conselho Municipal? Não. Do Município? Também não.

Nós temos aqui uma solicitação da inversão de pauta do PL 0173/2007 da autoria



Folha nº 60
do processo nº 6611/06
Sra. Lúcia de Oliveira Sousa

do Vereador Goulart, então vamos fazer a inversão. Vamos começar pelo PL 0173 do Vereador Goulart, que já está em sua segunda audiência.

O PL 173/2007 dispõe sobre a inclusão de fisioterapeuta nas equipes multi-disciplinares e multi-profissionais em programa de assistência à saúde do Município de São Paulo e dá outras providências.

Por favor, você da assessoria do Vereador Goulart, se identifique.

A SRA. NAZELI CABRAL - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, nobre Vereador Claudio Prado. Senhoras e senhores. Eu sou Nazeli Cabral, assistente do Vereador Goulart e queria, desde logo, solicitar as desculpas do Vereador porque ele está hoje numa inauguração do transporte coletivo da região do Autódromo, então não pôde comparecer, mas ele já esteve aqui na primeira audiência pública.

O nosso projeto 173/2007 que dispõe sobre a inserção do fisioterapeuta nos programas de saúde do Município está nessa segunda audiência cumprindo o trâmite regimental. Na verdade, ele já foi bastante instruído. No dia 31 de maio realizou-se nesta Casa uma mesa redonda com a presença da Universidade, dos representantes do Conselho Regional de Fisioterapia - Crefito 3, da Faculdade de Saúde Pública, dos órgãos envolvidos, do Município, quais sejam: a Secretaria de Saúde, através do Dr. Cássio. E naquela oportunidade a matéria, não só da inserção dos fisioterapeutas nos programas de saúde, mas também nas creches, e aí com a participação da Secretaria de Educação, ela foi absolutamente tratada e tudo isso consta das Notas Taquigráficas que devem integrar o processo. De qualquer forma, nós continuamos à disposição. Ouvi uma solicitação de ampliação do projeto para incluir também, além dos fisioterapeutas, os terapeutas ocupacionais, pelas mesmas razões, pela mesma importância desse profissional que deve compor as equipes multidisciplinares dos programas de saúde. Na primeira audiência pública também estiveram aqui representantes dos fisioterapeutas, pessoas que trabalham no Programa de Saúde da Família, que disseram da importância desses profissionais de terapia ocupacional e fisioterapia nessas equipes



multidisciplinares. Hoje, novamente, estamos aqui abertos à toda colaboração, porque ainda o projeto será aprovado em segunda discussão, mas gostaríamos de ouvir uma vez mais o presidente do Crefito, Dr. Gil Lúcio de Almeida, que se faz presente, para o qual deixo a explanação da parte técnica. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) - Obrigado, Nazeli.

Passo a palavra para o Dr. Gil Lúcio, presidente do Crefito 3.

O SR. GIL LÚCIO - Bom dia a todos, Exmo. Presidente, Vereador Zelão, Vereador Cláudio Prado. Quero agradecer em nome dos fisioterapeutas e dos terapeutas ocupacionais do Estado de São Paulo, em especial da cidade de São Paulo, por esta oportunidade. Não poderia também deixar de agradecer o excelente trabalho da Nazeli, que tem sido uma guerreira em prol dos interesses das pessoas que vivem nesta grande metrópole; agradecer também ao Alexandre, que tomou a iniciativa de trazer ao conhecimento desta Casa a importância desse projeto de lei.

Lendo hoje, Vereador Zelão, a ata dessa reunião, deparo com vários projetos de lei, o PL 0288, que fala sobre viva bem com a sua coluna; vejo o projeto que também está na segunda audiência, o 0395, que dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos para a prática da educação física; também o projeto 0326, que institui a campanha permanente de educação postural; e também o projeto 0550, que fala sobre o diagnóstico precoce, em particular da parte motora. O projeto de lei do Vereador Goulart, 173, fala exatamente... e atende ao que esses outros projetos buscam nesta Casa. Ao levar o serviço de fisioterapia e de terapia ocupacional aos municípios de São Paulo, esta Casa está prestando um grande serviço à sociedade. Em particular, o projeto diz que serão levados esses serviços relacionados à assistência à saúde da família.

O fisioterapeuta ou o terapeuta ocupacional têm muito a ajudar na família, trabalhando junto com a família, ensinando a família a lidar com atividades que acontecem dentro de casa, que podem trazer problemas físicos, problemas de mobilidade. Hoje, Vereador,



a queda de pessoas acima de 50 anos, dentro de casa, é uma verdadeira epidemia que pode ser prevenida de forma bastante simples e eficaz pelos fisioterapeutas. O terapeuta tem muito a ajudar na reabilitação dessas pessoas para realizar um artesanato, para cozinhar um prato de comida.

Precisamos ter um foco especial na questão do idoso, porque estamos invertendo essa pirâmide. Ainda vivemos numa sociedade de jovens, mas a expectativa para os próximos vinte anos é ter uma grande proporção da população vivendo na fase idosa. Aí São Paulo precisa gritar para o Brasil que não existe nenhuma justificativa para que os brasileiros vivam em média dez anos menos do que patrícios que moram na América do Norte, no Canadá, Estados Unidos, Europa, e a fisioterapia tem muito a ajudar. Passamos de uma expectativa de vida de 40 anos, no começo do século, para 70 hoje, e a fisioterapia inserida nos serviços básicos de saúde vai ajudar-nos a chegar aos 100 anos com qualidade de vida.

Na questão da criança, a fisioterapia na verdade começa a atuar muito antes de ela chegar a este mundo, trabalhando com a grávida e ajudando a prevenir várias lesões na mãe e na criança; com exercícios dirigidos podemos melhorar a qualidade de vida desse recém-chegado e daquela que vai cuidar do seu futuro. Na questão do adolescente, hoje, grande parte do absenteísmo na escola está relacionada a lesões que os jovens têm e nas quais podemos atuar. Enfim, o projeto transcende questão da nossa própria sobrevivência, pois ajuda o poder público a economizar os gigantescos gastos, e eu citava na última audiência, Deputado Claudio, Vereador Claudio, perdão, só na questão...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GIL LÚCIO - Você vai chegar lá, não é? (Risos) Estamos torcendo para isso.



Só na questão do seguro-doença, para aquelas pessoas que ficam afastadas mais de 15 dias, o Estado gasta hoje 12,5 bilhões, e a fisioterapia no trabalho tem muito que contribuir.

Então, é um projeto racional; é um projeto que agrega valores à vida, mas, fundamentalmente, agrega valor a cada um nós, melhorando nossa expectativa de vida; e, do ponto de vista administrativo, agrega valor ao Brasil, porque não existe PAC melhor do que investir na qualidade de vida da nossa população, tornando-a mais produtiva.

Então, mas uma vez, viemos a esta Casa agradecer, de coração, aos Vereadores de São Paulo que tiveram a sensibilidade de já aprovar esse projeto em primeiro turno. E, temos certeza de que juntos vamos aprová-lo em segundo turno, e vamos conversar com o Sr. Prefeito, porque aqui é um claro exemplo de uma política racional em que todos ganham.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado, Dr. Gil Lúcio, do Crefito.

Vereador Claudio Prado, gostaria de fazer com um comentário?

O SR. CLAUDIO PRADO – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de parabenizar o nobre Vereador Goulart, um excelente Vereador desta Casa, onde já fez e foram aprovados tantos outros projetos. A questão dos fisioterapeutas é importantíssima na cidade de São Paulo. Acho que essa inclusão é fundamental.

Eu mesmo... Aqui ele colocou projetos de vários Srs. Vereadores. Eu também tenho um, que é o Teste do Minuto, nas escolas, de correção de postura. E vai necessitar de muitos e muitos terapeutas, para fazê-lo.

Então, quero parabenizar o Vereador Goulart. Pode contar comigo nesse projeto, porque ele desencadeará uma quantidade enorme de preocupações que a população paulistana tem de correção. Se pudermos corrigir isso na criança, vamos ter na criança um trabalhador sadio, no futuro. Isso é natural e é necessário.



Então, quero parabenizar o Vereador Goulart. Acredito que está no caminho certo, e ele pode contar com meu voto para essa propositura, para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Faço minhas as palavras do Vereador Claudio Prado.

Com certeza, na hora em que o projeto estiver pronto para votar, a Câmara, os Srs. Vereadores desta Casa votarão, sem sobre dúvida, para aprovarem este projeto do Vereador Goulart. Está bem?

Então, dou como realizado, em segunda audiência, o PL 0173/07, do Vereador Goulart.

Próximo PL, em segunda audiência pública: PL 0288/02, do Vereador Edivaldo Estima: "Dispõe sobre o projeto 'Viva bem com sua coluna', de orientação e conscientização da importância quanto à postura correta, nas Escolas Públicas do Município de São Paulo".

Gostaria de consultar se há alguém do Gabinete do Sr. Vereador Edivaldo Estima, para falar sobre o projeto. (Pausa) Não há.

Há alguém da Secretaria da Saúde? (Pausa)

Só queria fazer um breve comentário, nobre Vereador Claudio Prado: nós convidamos todas as Secretarias a que correspondem os temas de hoje e, infelizmente, até agora, não compareceu ninguém, certo? Isso é muito complicado. Não sei se o novo Sr. Secretário ainda não tomou pé das coisas da Saúde...

Então, dou por realizada, em segunda audiência, o PL 288/2002, do Vereador Edivaldo Estima.

Suspendo os trabalhos da nossa audiência, por um minuto.

- Suspendos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Ferreira dos Santos – Zelão.



O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Passo a presidência para o Vereador Claudio Prado, porque, em seguida, há um projeto de minha própria autoria.

- Assume a presidência o Sr. Claudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO - Bem, com a presidência, queria chamar o nobre Vereador Zelão, para fazer a defesa do PL 0661/06.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Bem, este projeto já está em segunda audiência, que é o Projeto Criança Cidadã.

Aliás, Sr. Presidente Claudio Prado, já estivemos, na semana passada, marcamos audiência com o Sr. Secretário Alexandre Moraes, para falar sobre o projeto. Infelizmente, o Sr. Secretário não pôde nos receber, e fomos recebidos pelo Secretário-Adjunto, Dr. César, e colocamos para ele a importância desse projeto.

As crianças de zero a cinco anos já não pagam passagem. Então, para que criar um cartão para a criança? Nosso objetivo não é só criar o cartão, mas também começar a ensinar, dar aulas e demonstração de cidadania para as crianças.

Hoje, como todos vocês percebem, no transporte coletivo das empresas de ônibus na cidade de São Paulo, vê-se a ignorância, a falta de educação de jovens, adolescentes e até de já idosos, que uns passam por baixo, arrastando pelo chão do ônibus; outros pulam por cima. E o pior é que os cobradores de ônibus não têm coragem de barrar, porque têm medo de arrumar uma confusão, têm medo de levar um tiro, não é? Quando é uma pessoa idosa, uma senhora idosa, uma mulher, eles não aceitam que ela passe.



Já há denúncias de pessoas que ficam nos pontos de ônibus, e há motoristas que nem param; quando param, as pessoas, às vezes, não têm dinheiro, é idoso, quer descer pela porta, eles criam problemas para essas pessoas.

A criança tem que aprender a ser cidadã desde pequena. Na medida em que ele tem seu cartãozinho, da mesma forma que o idoso tem, da mesma forma que uma pessoa que tem problema de saúde e pessoas com deficiência têm.

Então, nosso objetivo é que a criança também tenha, porque aí já aprende a gostar. De repente, há mães que não admitem que o filho passe por baixo ou passe por cima. Ela até paga a passagem do filho; ou, quando não tem, ela não leva o filho. Então, é isso o que acontece. Assim, nosso objetivo é esse: começar a ensinar as crianças a serem cidadãos. Esse é o objetivo do Projeto Criança Cidadã.

Nós já aprovamos em primeira. Esperamos que o Executivo pegue essa idéia e sancione esse projeto, que vai ser muito importante para nossa cidade, para as crianças da cidade São Paulo. Era isso.

Muito obrigado.

O SR. CLAUDIO PRADO - Obrigado, Vereador Zelão.

Queria parabenizá-lo pelo projeto. Vereador Zelão, pelo menos na minha infância, eu andava muito de ônibus, e tinha que abaixar ali na catraca, e era complicado. Na minha época, usávamos um uniforme branco e azul e, às vezes, arrastávamos a camisa no chão do ônibus, e a sujávamos toda. Então, acredito que esse projeto realmente vai disciplinar em cidadania.

Temos de entender que o transporte público é uma concessão E, como tal, é igual a qualquer serviço que tenha de ser terceirizado, tem de ser de boa qualidade e respeitar os cidadãos de São Paulo, qualquer um, de qualquer idade. E hoje não temos esse respeito.



Concordo contigo que hoje os idosos de nossa cidade de São Paulo estão sendo desrespeitados pelo transporte público gratuito, certo? Eles estão lá com seu Bilhete Único gratuito, têm o transporte, mas são desrespeitados, porque as transportadoras não querem conduzir, querem ganhar mais. Assim, o dono do transporte coletivo cada vez quer ganhar mais, ganhar mais, e não há a prestação de serviço necessária para esse idoso. E ele já ganha por esse transporte que não é gratuito coisa nenhuma, nós pagamos por ele. Então, ele tem que ter ao respeito cidadão, e também à criança.

Obviamente que a criança de zero ano não vai ter e passar lá, mas, provavelmente, a de quatro, cinco ou seis anos vai passar, e vai criar dignidade e respeito também de ele pagar, porque, quando ele estiver trabalhando, ele vai pagar e vai ser um cidadão que vai conduzir toda essa necessidade e o respeito com outros que estão no transporte coletivo.

Queria parabenizar e dizer que, se os empresários colocam alguma conotação de que não é possível ser feito, não é verdade; é possível ser feito, sim.

Nós estamos discutindo - este Vereador, junto com a central Força Sindical - uma determinação da Justiça Estadual de dar o Bilhete Único para o trabalhador desempregado, e eles estão alegando que esse trabalhador não tem direito. Tem sim. É uma lei, há um decreto, e vão ter que pagar para esse trabalhador desempregado.

Estamos tentando criar as alternativas, para que seja melhor para o trabalhador desempregado e também para o erário público, para não ser um volume muito alto de investimento - que eles não têm nesse setor. Mas tem sim que prever isso, o Bilhete para o trabalhador desempregado.

Eles estão alegando que o bilhete para o idoso está sendo fraudado. E também, provavelmente, vão alegar que o bilhete para criança vai ser fraudado, e estão alegando que o passe para o trabalhador desempregado pode ser fraudado.



Essa questão de fraude ou não fraude é um problema da Secretaria de Transporte corrigir, de estar de olho, prestando atenção, para que não haja nenhuma fraude. Mas que eles têm de fornecer o bilhete para o trabalhador desempregado, é uma determinação do Ministério de Justiça Estadual, e eles vão ter de fornecer. Estamos atentos a isso.

Quero parabenizá-lo por essa propositura, porque esse garoto a quem você está dando esse bilhete vai ser o futuro cidadão que vai respeitar cada idoso que entrar no transporte público gratuito. Começa daí a orientação para o respeito à cidadania, o respeito à convivência de cada ser humano. Parabéns.

Devolvo a presidência ao nobre Vereador Zelão.

- Assume a presidência o Sr. José Ferreira dos Santos - Zelão.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado, Vereador Claudio Prado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Gostou do projeto? Pode fazer uso da palavra. A senhora só se identifique antes, por favor.

A SRA. MARIA ANTONIA CRISPIM - Bom dia a todos e ao Presidente. Meu nome é Maria Antonia Crispim. Faço parte do Conselho Municipal do Idoso.

O que tenho que falar é o seguinte: existem muitas pessoas que são desonestas, que descem do ônibus mostrando a identidade, mas a gente vê que não tem 60 anos. Então, deveria ser corrigido, porque muitos fazem isso, eu mesma tenho notado muito. É essa a minha



reclamação. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado a senhora. Nesse caso que foi colocado aqui, talvez, essas pessoas que fazem esse tipo de atividade são aquelas pessoas que não tiveram oportunidade de aprender o que é cidadania quando pequeno, quer levar vantagem a vida toda. O PL 661 também já tem realizada a segunda audiência nesta comissão.

O PL 141/2007, do Vereador Paulo Frange, que institui o programa de prevenção à gravidez precoce no município de São Paulo. Já discutimos em outra oportunidade, parece que na época o pessoal da Saúde falou sobre o projeto Mãe Paulistana. Tem alguém do Vereador Paulo Frange? Ninguém, e nem da Secretaria de Saúde, então, não havendo ninguém para discutir o projeto, dou como realizada a segunda audiência do PL 0141, do Vereador Paulo Frange.

Em segunda audiência o PL 395/2006, da Vereadora Lenice Lemos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos para a prática de educação física nas escolas municipais e dá outras providências. Pergunto se há algum representante da Vereadora. Por favor, faça uso da palavra, peço que se identifique.

O SR. BRUNO - Bom dia, venho reiterar o que foi exposto na primeira audiência e ressaltar que estamos abertos às sugestões no sentido de emendar o projeto da maneira mais adequada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado. Não havendo mais ninguém para discutir o projeto, dou como realizada a segunda audiência pública do PL 395/2006, da Vereadora Lenice Lemos.

Em primeira audiência o PL 70/2007, da Vereadora Claudete Alves, que cria o programa solidariedade e dá outras providências. Pergunto se há algum representante da Vereadora Claudete Alves. Não havendo ninguém para debater o projeto, dou como realizada a primeira audiência do PL 70/2007, da Vereadora Claudete Alves.



100 820
R

Primeira audiência do PL 326/2006, do Vereador Russomano, que institui o programa permanente de educação postural nas escolas de ensino fundamental no município e dá outras providências. Por favor, professor.

(NÃO IDENTIFICADO) - Nobre Vereador Zelão, Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher; Vereador Cláudio Prado, senhoras e senhores, nossos respeitos e admiração, falo em nome do Vereador Russomanno.

Objetiva o projeto de lei em pauta no dia de hoje, instituir campanha permanente de educação postural nas escolas de ensino fundamental no nosso município e a campanha deverá ser aplicada por estagiários do curso de fisioterapia, sem ônus para os cofres públicos, podendo o Executivo Municipal estabelecer parcerias e convênios com entidades públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas que atuem e tenham comprometimento com a questão da educação postural, desde que cadastradas nos órgãos competentes.

Com efeito, a postura aqui tratada pode ser definida como a posição que o corpo adota no espaço, bem como a relação direta de suas partes com a linha no centro da gravidade. Para que o ser humano possa estar em boa postura, é necessária harmonia e equilíbrio no sistema neuro-músculo-esquelético. Ainda é necessário saber que cada indivíduo apresenta características individuais de postura que podem ser influenciadas por vários fatores e que podem ser anomalias congênitas ou aquelas adquiridas, tais como a má postura, obesidade, alimentação não-correta, atividades físicas sem orientações ou formas inadequadas, distúrbios respiratórios, desequilíbrios musculares, frouxidão, ligamentar e doenças psicossomáticas.

Assim, a boa postura é aquela que melhora ajusta o nosso sistema músculo-esquelético equilibrando e distribuindo todo esforço de nossas atividades diárias, favorecendo o menor sobrecarregando em cada dia nas suas partes corporais.

Sendo assim, avaliação postural que se faz importante para que possamos mensurar o desequilíbrio e adequarmos à melhor postura de cada aluno ou criança,



possibilitando a reestruturação completa das cadeias musculares e seu posicionamento no movimento da sua estática.

Com a aquiescência desse projeto por esta respeitada Casa Legislativa, incontestavelmente estaremos promovendo a prevenção da não-ocorrência de vários males causados inicialmente pela má postura, fruto da ausência total de controle e de campanha de informação e com especial atenção ao cuidado que devemos dar a ambiente escolar onde encontramos crianças e adolescentes, ao combate aos hábitos posturais incorretos bem como as atividades físicas não compatíveis com o seu desenvolvimento. Com base nesses fatos é que vemos a escola como local ideal para atuação do objeto deste projeto. Ratificamos esta conclusão com os estudos que foram realizados em escolas públicas do Estado de São Paulo nos fins dos anos 90, em 99, em crianças até 12 anos pela PEB - Programa de Educação Postural. Esses foram, absurdamente, os resultados apontados: de cada cem crianças avaliadas, 80 apresentaram alterações posturais. A escoliose foi encontrada em 30% dos resultados sendo 2% delas estrutural. Desse resultado 52% convexa à direita, 22% convexa à esquerda e 26% da escoliose mista. 19% apresentavam interlordose associada à escoliose, 22% à hipercifose associada à escoliose. A hiperlordose foi encontrada em 16%. A hipercifose foi encontrada em 10% e representando 18% foram encontrados desequilíbrios na assimetria de ombro, cintura pélvica, joelhos e pés. Por fim, cabe informar que esta avaliação realizada os meninos apresentam sobre as meninas 4% desse desequilíbrio. De outro lado, presente nesse projeto, pela sua trajetória, as respectivas comissões, ofertou a legalidade e favorabilidade. Há interesse público acima do normal. Se outros dados forem necessários estaremos para aqui tentar solucionar.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado, Professor, consulto o plenário se alguém mais deseja fazer uso da palavra. (Pausa) Não havendo mais ninguém inscrito para falar sobre o projeto dou por realizado em primeira audiência o PL 0326/06 do Vereador Russomanno.



Primeira audiência do PL 550/06 do Vereador Aurélio Nomura. Institui no município de São Paulo sistema de diagnóstico precoce de deficiência auditiva, visual, motora e mental e posterior acompanhamento sistemático e dá outras providências. Quem vai falar sobre o projeto? Henrique, por favor.

O SR. HENRIQUE - Bom dia, Vereador Zelão, bom dia Vereador Claudio Prado. A presente propositura, como já mencionado, visa instituir, no município de São Paulo sistema de diagnóstico precoce de deficiência auditiva, visual, motora, mental e posterior acompanhamento sistemático. Tem por objetivo a presente propositura visando por meio de diagnóstico precoce evitar o agravamento de deficiências auditivas, visuais, motora e mental nas crianças recém-nascidas bem como proporcionar, quando diagnosticado, ao portador de necessidades especiais, e sua família, o atendimento psicológico regular e o acompanhamento sistemático dos mesmos. Segundo o diretor clínico da Associação de Assistência à Criança Defeituosa - AACD - aparecem por ano 30 mil portadores de paralisia cerebral. Esse mesmo profissional afirma que 80% dos casos poderiam ser evitados se houvesse um pediatra ou um neonatologista na sala de parto juntamente com o obstetra. Com relação à audiência auditiva, após o segundo ano de vida, a criança perde a fase mais importante da aquisição de linguagem, o que pode ocasionar dificuldades para se comunicar e nos inter-relacionamentos, já que vive em um mundo de ouvintes. Com relação à deficiência visual, quando não detectada na tenra idade impede que o indivíduo absorva as experiências sensório-perceptivas-motoras tão importantes na primeira infância. São essas experiências que preparam a criança para a aprendizagem futura. No caso dos portadores de deficiências especiais físicas e mentais, quando estimulado de forma adequada, superam as experiências cognitivas, não adquiridas, proporcionando o desenvolvimento de outras habilidades. Por fim, quando falamos em acompanhamento sistemático, vemos que, salvo políticas públicas já existentes, não entrando no mérito se bem ou não aplicadas, vemos que pessoas ou familiares desses portadores de deficiências encontram muita dificuldade na busca desses programas. Aqui, quando falamos



em acompanhamento sistemático, seria após detectado, através do diagnóstico precoce, a destinação correta com relação aos programas já existentes no nosso município. Por fim, na desistência desse acompanhamento médico ou psicológico, se fosse informado através do serviço social à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do porquê esta família ou este portador veio a abandonar tal programa. Acho que era o que tinha de falar, mantendo-me sempre à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Vereador Claudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO - Henrique, quero parabenizar o Vereador Aurélio e dizer que a propositura é importantíssima para esse quadro, principalmente o quadro no início, desde o nascimento. Acredito que seja bem difícil porque cada um aqui tem o médico específico que vai atendê-lo. Acho que tudo que é difícil é porque é necessário e tem de ser executado. Parabenizo e só gostaria de colocar uma questão com a qual aprendi muito. A Vereadora Mara Gabrilli ficaria muito zangada se você colocasse a quantidade de “Portadores de Deficiência” que você colocou. São só deficientes físicos. Tira todos os “Portadores” que tem aí. A Vereadora ficaria muito magoada. Acho que ela está correta. Ela faz uma defesa muito importante e consegue educar quanto a nomes que usamos erradamente. Ela me corrigiu e estou passando a correção.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Alguém mais gostaria de falar? Beatriz Paula Souza. Registro a presença do Dr. Paulo Brandão. Vem representando a Secretaria? Não.

A SRA. BEATRIZ PAULA SOUZA - Na verdade quero mais esclarecimentos, Henrique, com relação a este projeto de lei. Ele se restringiria, o sistema de diagnóstico precoce, aos recém-nascidos a uma determinada faixa etária? Você fala em acompanhamento e vou colocar a minha preocupação. Sou do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP e faço parte de um coletivo de psicólogos de diversas entidades e



instituições de ensino de psicologia que vem se preocupando muito com a questão da medicalização dos problemas escolares. Sabemos que hoje em dia temos uma legião de crianças que fracassam na escola, que têm muita dificuldade no seu processo escolar e sabemos que a grande maioria, a imensa maioria, tem dificuldades que são geradas no dia a dia de um sistema escolar que, sabemos, tem muitas deficiências de funcionamento e que afetam, inclusive, aos próprios professores. Sabemos, de cadeira, porque somos de uma profissão que têm, tradicionalmente, deixado de lado a investigação do processo intra-escolar na determinação do fracasso da criança. Estamos cansados de ver crianças diagnosticada como deficiente mental e, quando se vai ver a relação desta escola com a criança, percebemos que são crianças que foram deixadas de lado na escola, que ficaram jogadas no fundo, que ficaram passando por exigências nos bancos escolares que elas não tinham condições de cumprir, como, por exemplo, ter de ficar interpretando texto, sendo que a criança ainda tem de se alfabetizar e não está nem entendendo o que está copiando, está só desenhando letras lá, e essa criança acaba se convencendo de que é portadora de uma deficiência mental, que tem um nível intelectual baixo. A família começa a tratar a criança desse jeito e se nós, psicólogos, aplicarmos testes ultrapassados, que têm padrões americanos nessas crianças e darmos laudos pseudocientíficos atestando que essas crianças são portadoras mesmo de um déficit intelectual. Fico muito preocupada com esta questão do diagnóstico. Sei que a nossa categoria está ainda, existe um debate interno muito grande com relação desta questão do diagnóstico da deficiência mental, do déficit de capacidade intelectual. Então, se for alguma coisa com recém nascido, okay, é outra coisa. Me preocupa porque aí fala em acompanhamento e não sei se vocês estão incluindo crianças já em idade escolar. Aí acho uma coisa muito delicada. Fico apavorada de entrar um monte de psicólogos aplicando um monte de testes de QI e der que há uma legião de deficientes mentais, culpabilizando crianças que são, na verdade, vítimas e selando para elas um destino, uma carreira pela vida de excluídos sociais. Esta é a minha preocupação. Aproveita a questão da medicalização e da classificação como portadores de



deficiências, de dificuldades intrínsecas de aprendizado. É uma coisa gravíssima. Não sei se vocês têm assistido à escalada desse tipo de procedimento. Ontem mesmo vim para audiência pública onde seria discutido projeto relativo à dislexia. Estou apavorada porque já estou vendo entrando um monte de especialistas em dislexia nas escolas, fazendo diagnóstico em todo o mundo e constatando que tem um monte de portadores desta suposta doença neurológica que nem está bem estabelecida.

Está cheio de gente que nem acredita que exista dislexia, acha que isso é uma construção que está a serviço do mercado de trabalho... Enfim. É essa a minha preocupação. Agora. Se for uma coisa restrita a recém-nascidos e ao acompanhamento desses recém-nascidos... Se você puder me esclarecer. Aproveitando, queria também saber um pouco sobre quem faria isso. Seria algo contratado por fora, terceirizada? Ou seria o pessoal da saúde quem faria? Quem faria isso?

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Contemplado, ou você vai fazer uso da palavra? (Pausa) Por favor então.

O SR. FÁBIO - Bom dia a todos e a todas novamente. Vou ser bem sintético. Quando você fala do atendimento psicológico, eu gostaria de verificar com você e com o nobre Vereador a possibilidade de ampliar esse trabalho para trabalhos inter e multidisciplinares. Não só restringir o foco... Porque a idéia é que a gente consiga fazer um trabalho interdisciplinar e multidisciplinar. Minha preocupação é um pouco também a de garantir que esse trabalho seja feito de forma intersecretarial. A Secretaria Municipal de Saúde tem apontado que irá complementar seus quadros, irá fazer concursos para trabalhadores. Espero que o nobre Vereador também acompanhe essa nossa luta pelo concurso público para trabalhadores da saúde e da educação. Aí sim, com plano de carreira estabelecido e junto com a Plano Municipal de Saúde, aí o Vereador tem muito a contribuir para que essa questão interdisciplinar seja contemplada. Porque, quando você aponta esse diagnóstico, você me denuncia que não tem esses profissionais na hora do parto. É importante a gente discutir isso no Plano Municipal



de Saúde, no âmbito da prevenção e do acompanhamento da saúde e da educação das nossas crianças. Obrigado, Vereadores, obrigado, Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Há mais uma inscrita.

Por favor.

A SRA. SILVANA – Sou Silvana, represento aqui o Conselho Municipal de Deficientes e também a Associação Brasileira de Síndrome de William, que é a síndrome que meu filho tem. Quero parabenizar o Vereador autor do projeto. Falo primeiramente em relação à doença mental, à Síndrome de William. Se for diagnosticada a Síndrome de William cedo na criança, assim que ela nasce, o tratamento vai ser melhor para a criança, porque essa doença causa uma estenose supravalvar aórtica e outros problemas, como alteração de cálcio. O que o médico faz? Às vezes, passa uma medicação errada porque eles não ganham peso – ferro, cálcio... Isso causa complicações. E a medicação faz a criança ter cólicas renais, a dor é muito forte. Havendo cedo esse diagnóstico, ela vai ter um restabelecimento mais rápido, vai ter um tratamento da parte cardíaca e também da coordenação motora, que é importante. Agradeço a Deus pelo meu filho ter o diagnóstico aos dois meses. Agora, outras crianças e até jovens não tiveram essa sorte. Temos na associação criança que foi diagnosticada a partir dos seus 7 anos ou até 19 anos, tardiamente. Então, não houve uma melhora nem na sua saúde nem na saúde coordenação motora. Falo isso não só em relação à Síndrome de William, mas em relação à Síndrome de Down e a outras raras, pois são mais de 5 mil síndromes. A importância desse projeto é nesse sentido e também no de estender para quem tem mais idade. Porque o diagnóstico cedo ajuda a estender a outros o diagnóstico precoce. Na associação, muitos nos procuram, mas às vezes nem têm Síndrome de William, mas outras síndromes que, quando chegam na Genética, não sabem definir de que síndrome se trata e como melhorar as condições de vida dessas crianças. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Por favor, Henrique.

O SR. HENRIQUE – Gostaria de agradecer a todos pelos pronunciamentos.



Primeiramente, ao Vereador Claudio Prado. Com certeza, estaremos alterando a redação e, quem sabe, na nova atribuição da Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Participativa, aproveitamos essa possibilidade de alteração em relação às palavras portador e deficiência.

Agradeço à Sra. Beatriz, ao Fábio e à Sra. Silvana. Tentarei responder de forma a tentar esclarecer algumas dúvidas. Com relação à dúvida da Sra. Beatriz e também da Sra. Silvana, até que idade estaremos visando, aqui, inicialmente, é aos recém-nascidos, mesmo porque a gente acaba se deparando, nessa questão das crianças com mais idade, com o que a própria Sra. Beatriz já respondeu. Nós temos algumas diferenças de sistemas a serem adotados, ainda existem muitas discussões. Com relação à gestante e, posteriormente, ao recém-nascido, foi essa a visão a que o projeto atenta. Lógico que, sendo esta a primeira audiência pública, podemos estudar e aprofundar melhor o assunto para elaboração de um substitutivo e, quem sabe, determinar uma faixa etária. Mas, infelizmente, não nos atentamos exatamente a até que idade poderíamos atender.

Com relação à pergunta do Sr. Fábio, do Conselho da Saúde, informo que nós nos atentamos aos programas desenvolvidos pelas demais Secretarias, não só de Saúde - pela Sead, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; e pela Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Essas são as Secretarias que estamos tentando envolver, mesmo porque as mesmas possuem programas relacionados a essa área.

Por fim, a dúvida da Sra. Silvana, acabei respondendo. Agradeço novamente. Quem sabe, neste debate entre a Sra. Beatriz e a Sra. Silvana a gente encontre um denominador comum, uma idade dentro dessa faixa etária e, no momento oportuno, oferecer um substitutivo ao presente projeto. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado, Henrique. Parabenizo o Vereador Nomura pela idéia, até porque eu entendi, Beatriz, que seria no nascimento. Seria importante que os hospitais e as maternidades públicas tivessem esse tipo



O SR. LEANDRO – Devido a essa reportagem de que tivemos conhecimento no dia 6 de novembro de 2006, no jornal *Metro News*, nós apresentamos esse projeto, para que as pessoas saibam como manipular melhor os alimentos, como lavá-los e acondicioná-los. Era isso o que tínhamos a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado, Leandro. Consulto se alguém do plenário quer se pronunciar sobre o projeto. (Pausa) Pela ordem, Vereador Claudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO – Eu queria parabenizar a nobre Vereadora Myryam Athie pelo projeto. Acho que é importantíssimo que as crianças saibam como manejar os alimentos, quais são as noções básicas de higiene. Covisa, que está presente, também tem esse tipo de pensamento. Acho que essa educação é prioritária nas nossas escolas. Também concordo com a psicóloga que falou aqui, que ficamos dando muito no sistema educacional, e as crianças acabam não absorvendo todo o necessário. Mas os tempos são outros, e há necessidade de se demonstrar tudo o que é possível dentro das escolas, e não só se ficar na parte curricular normal. Acho que poderíamos ter muitas questões sendo colocadas para as crianças. A criança é muito rápida para absorver conhecimento, que é o que o mundo exige. Dessa forma, parabenizo a Vereadora Myryam Athie e repito que é importantíssimo que as escolas absorvam isso. Acredito muito, Vereador Zelão, que as escolas hoje, para terem uma correção, elas precisam de uma participação social maior. Acredito também que se nós não podemos ter essa imagem, de qualquer pai passar e jogar sua criança na escola acreditando que ele não tenha a necessidade de participar também dessa ação social, desse crescimento educacional da criança. Então, parabenizo a Vereadora por essa atitude e por achar que também a participação dos pais nesse processo é importantíssimo. São eles que também manipulam os alimentos. E, também, a criança volta para casa e conduz sua mãe, conduz a família em relação àquilo que ela aprendeu na escola. Acho fundamental essa interação.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Vereador Claudio



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR
E REVISÃO – SGP.4

EQUIPE DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO
EVENTO: 9311B DATA: 17/10/2007 FL: 33 DE 36

Folha nº 79

do processo nº 661/06
Ass. Lucio de Almeida Sousa

estabelecer pelo tecido humano, pelo cérebro. Isso causa problemas visuais e neurológicos.

- É lido o seguinte: (justificativa do PL 684/2006)



de atendimento, com todas essas especialidades. Eu nem diria na hora em que a criança nasce, mas durante os primeiros dias, para fazer esse diagnóstico e detectar possíveis problemas. É claro que hoje, do jeito que se encontra a saúde na nossa cidade, é um pouco difícil. E não é porque a saúde não só na cidade de São Paulo, mas no Brasil, não está bem, que a gente vai deixar de fazer projetos bons. Tive uma reunião no Hospital Tide Setúbal, com a diretoria e com a autarquia, e as intenções dos médicos são as melhores. O problema é que não há estrutura. Dentro dessa conversa, colocamos a necessidade de emergência, principalmente no nosso município, que são as prioridades. Esse projeto seria prioridade. Porque, para a criança não ter um problema no primeiro ano, no segundo ou no sétimo, isso tem que ser diagnosticado nos primeiros dias de vida. É um projeto muito bom. Teremos dificuldade de implantá-lo, mas será um desafio para todos nós a questão estrutural, orçamentária da nossa cidade. Parabéns ao Vereador Aurélio Nomura pelo projeto 550/2006, cuja primeira audiência pública eu dou por realizada.

Em primeira audiência pública, temos o PL 684/2006, de autoria da Vereadora Myryam Athie, que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Prevenção e Combate à Cisticercose a ser implantado em todas as escolas e creches do município de São Paulo, e dá outras providências. Convido o Leandro para fazer uso da palavra, para falar sobre o projeto.

O SR. LEANDRO – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente. Estamos aqui para falar do PL 684/2006. O objetivo da Vereadora foi implantar esse programa para orientação em todas as escolas e creches de profissionais da área da saúde, com palestras e exposições, como painéis e dinâmicas de grupo. Nós apresentamos esse projeto porque o que nos alarmou foi uma reportagem do *Metro News* segundo a qual no Estado de São Paulo tem aparecido muitos casos de pessoas com sintomas de cisticercose.

Darei alguns dados sobre como o que essa doença pode causar no ser humano e de que forma podemos manipular todos os alimentos para evitar esses sintomas. Tivemos um caso recente, o da atriz Malu Mader, que adquiriu a doença pela larva solitária, que costuma se



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

do processo n.º 661/06 26/11/2007 (a) 82 V
Papel para informação, rubricado como folha nº 82
Márcia Gazotti
Auxiliar Tec. Administrativo
RE 51.339

À SGP 2

Sra. Secretaria,

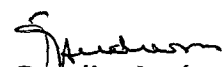
A presente propositura foi aprovada em 1ª discussão e votação.

26/11/2007


Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP -21

CONFERIDO

03/12/07


Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha
de informação rubricados sob
nº 83 287
Em 11/12/07
Ass. _____

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453



Prado, concordo. Acho que seria importante ter um programa desse. Como foi bem redigido aqui, é um programa a ser implantado nas escolas e nas creches. Em determinadas regiões da nossa cidade, em periferias, sabe-se muito bem que muitos pais e mães matriculam a criança e nem sequer corrige suas tarefas. O que importa mais para ela é que a criança, estando na escola ou na creche, pelo menos está alimentada. Falo das periferias, de locais desta cidade onde não há nem saneamento básico. Há ruas com esgoto a céu aberto em algumas regiões da Cidade. Esse programa é importante, porque essas doenças parasitárias são transmitidas não só pelos alimentos como também pelas condições de saneamento que as pessoas têm. Também quero parabenizar a Vereadora Myryam Athie por esse projeto.

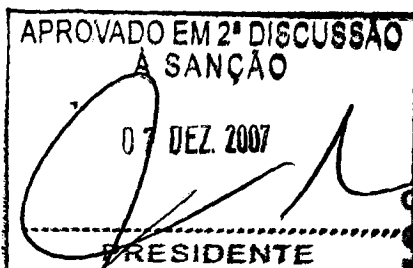
Dessa forma, dou por encerrada a primeira audiência pública do PL 684/2006, da Vereadora Myryam Athie.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos. E que as notas taquigráficas geradas nesta ocasião sejam consideradas atas da presente reunião. Obrigado a todos pela presença.

A SGP-21, *Handwritten*
Handwritten
Handwritten
São Paulo, 30/10/88

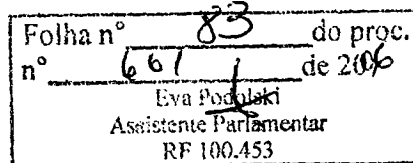
Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe - SGP-15

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 82
Em 26/11/07
Ass: _____
Márcia Gazoti
Auxiliar Téc. Administrativo
RF 61.539



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Gabinete do Vereador José Ferreira "Zelão"
Fone: 3396-4305



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 661/06



Dispõe sobre o Bilhete Criança Cidadã e
dá outras providências.

Art. 1º- Fica instituído no Município de São Paulo o Bilhete Criança Cidadã pelo qual as crianças têm direito ao acesso gratuito, digno e cidadão ao Sistema de Transporte Público Integrado da Prefeitura do Município de São Paulo.

§ Único – Para sua implementação serão utilizadas as estruturas e tecnologias disponíveis do Bilhete Único e do Sistema de Transporte Público Integrado da Prefeitura do Município de São Paulo.

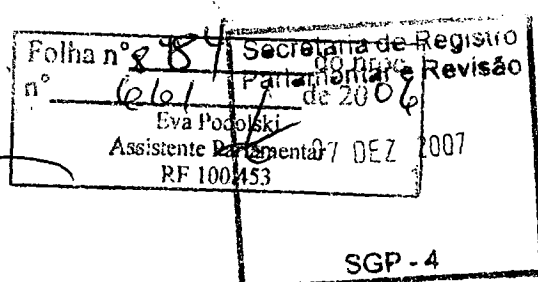
Art. 2º- Caberá ao Poder Executivo regulamentar e implementar o Bilhete Criança Cidadã.

Art. 3º- As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2007.

José Ferreira dos Santos (ZELÃO)
VEREADOR PT - CMSP



Câmara Municipal de São Paulo

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; DE TRANSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONOMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA; DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO, IDOSO E MULHER, E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O SUBSTITUTIVO APRESENTADO EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 661/2006.

Trata-se de substitutivo apresentado em Plenário, ao projeto de lei 661/2006, que visa dispor sobre o Bilhete Criança Cidadã.

O substitutivo visa aperfeiçoar o projeto original, sem modificar, no entanto, a fundamentação exarada no parecer exarado pela Comissão de Justiça.

Opina-se, portanto, pela
LEGALIDADE.

No mérito, as comissões envolvidas, nada têm a opor ao teor do substitutivo apresentado, uma vez que visa aperfeiçoar o projeto original, com contribuições importantes, procurando atender melhor ao interesse público.

O parecer, portanto, é
FAVORÁVEL

Sob o aspecto financeiro, a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, uma vez que as despesas decorrentes de sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

O parecer, portanto, é
FAVORÁVEL.

Sala das Comissões Reunidas, em
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 8885
nº 667 do proc.
de 2006
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

COMISSÃO DE TRANSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONOMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA; OK

[Handwritten signatures]

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO, IDOSO E MULHER OK

[Handwritten signatures]

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO OK

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

Passemos ao item seguinte.

- "PL 661/2006, do Vereador JOSÉ FERREIRA (ZELÃO) (PT). Dispõe sobre o Bilhete Criança Cidadã, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª. Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Peço ao Sr. Secretário que proceda à leitura do parecer.

- É lido o seguinte: (Parecer)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues - PR) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 661/06, na forma do substitutivo do autor. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Está aprovado. Vai à sanção.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº

87 ✓

do processo n.º 01-661/06 11, 12, 20 07 (a)

À SGP 2

Sra. Secretaria,

Eva Pedroski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

O Substitutivo do Autor de fl. 83 ao presente Projeto de Lei foi aprovado em 2ª discussão e votação na 189ª Sessão Extraordinária, no dia 07 de dezembro do corrente.

11/12/2007

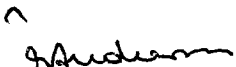

Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP -21

À SGP 23

Sr. Supervisor,

Encaminho os presentes autos para elaboração dos documentos pertinentes à sanção do respectivo Projeto Legislativo.

11/12/2007


Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP 2

AS ~~Orlando~~ ~~Orlando~~ Mendes
Técnico Administrativo

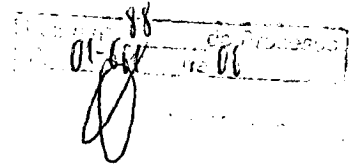

JOSE CRISPINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

[Handwritten signature]



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



São Paulo, 17 de dezembro de 2007.

23 - OF-SGP23
23- 6194/2007

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência cópia autêntica da lei decretada pela Câmara em sessão de 07 de dezembro do corrente, relativa ao Projeto de Lei nº 661/06, de autoria do Vereador José Ferreira - Zelão, que dispõe sobre o Bilhete Criança Cidadã e dá outras providências.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

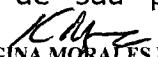

JCSS/krms



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

01-84
06

-----Cópia autêntica. LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007. Cópia extraída de fls. nº 83 do Processo. (PROJETO DE LEI Nº 661/06). (Ver. José Ferreira-Zelão - PT) Dispõe sobre o Bilhete Criança Cidadã e dá outras providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta: Art. 1º Fica instituído no Município de São Paulo o Bilhete Criança Cidadã, pelo qual as crianças têm direito ao acesso gratuito, digno e cidadão ao Sistema de Transporte Público Integrado da Prefeitura do Município de São Paulo. Parágrafo único. Para sua implementação serão utilizadas as estruturas e tecnologias disponíveis do Bilhete Único e do Sistema de Transporte Público Integrado da Prefeitura do Município de São Paulo. Art. 2º Caberá ao Poder Executivo regulamentar e implementar o Bilhete Criança Cidadã. Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias. Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Eu,


KATHYA REGINA MORAES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

, extraí a presente cópia fielmente de fls. do livro competente nº 59 e digitei. Eu,


CREUSA LEONILDA SILVA ZACARIAS
Técnico Administrativo

, a conferi. São Paulo, 07 de dezembro de 2007. Supervisor de Finalização do Processo


JOSE CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Visto,  ANGELA BORDIN ANDREONI, Secretária

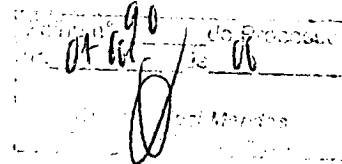
de Apoio Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo.-


JCSS/krms





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



LEI Nº

DE

DE

DE 200

Dispõe sobre o Bilhete Criança Cidadã e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 07 de dezembro de 2007, decretou a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de São Paulo o Bilhete Criança Cidadã, pelo qual as crianças têm direito ao acesso gratuito, digno e cidadão ao Sistema de Transporte Público Integrado da Prefeitura do Município de São Paulo.

Parágrafo único. Para sua implementação serão utilizadas as estruturas e tecnologias disponíveis do Bilhete Único e do Sistema de Transporte Público Integrado da Prefeitura do Município de São Paulo.

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo regulamentar e implementar o Bilhete Criança Cidadã.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 07 de dezembro de 2007.

O Presidente,

JCSS/krms



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação rubricado com folha nº 11 ✓
do processo nº 661 / 2006 ; 17 / 11 / 2008 (a) *[Handwritten signature]*

À SGP-22 – Sr. Supervisor,

Para as devidas providências, tendo em vista o **Veto Total**.

17/01/08

[Handwritten signature]

JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 93 a 96
Em 07/02/03
Ass: _____


Adelina Cicone

Assistente Parlamentar
Registro 100.406



Prefeitura do Município de São Paulo

Folha nº 93 do proc.
Nº 661 de 06

Adm. C. C. - Ass. Parlamentar

RF. 100.405

São Paulo, 14 de janeiro de 2008.

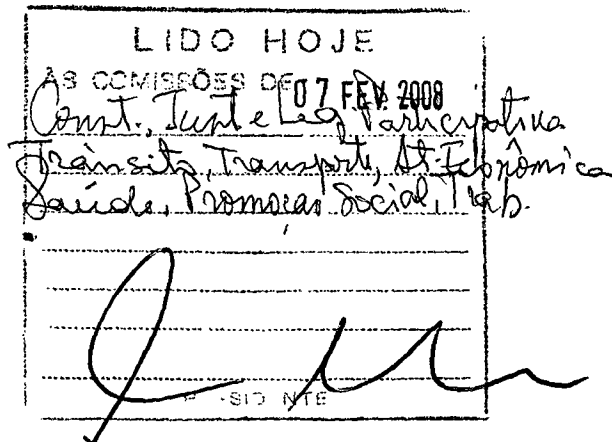
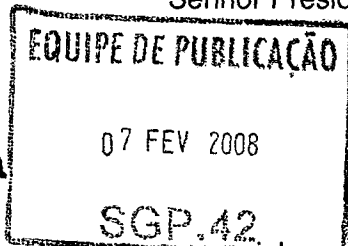
GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. I. L. nº 09/08

Ref.: Ofício SGP-23 nº 6194/2007

15 - DOCREC
15- 0233/2008

Senhor Presidente



Nos termos do ofício referenciado, Vossa Excelência encaminhou a esta Chefia do Executivo cópia autêntica da lei decretada por essa Egrégia Câmara na sessão de 7 de dezembro de 2007, relativa ao Projeto de Lei nº 661/06, de autoria do Vereador José Ferreira – Zelão, que dispõe sobre o Bilhete Criança Cidadã.

A propositura, ao instituir o referido bilhete, estipula que sua finalidade é a de conferir às “crianças” o acesso gratuito, digno e cidadão ao Sistema de Transporte Público Integrado da Prefeitura, determinando a utilização de estruturas e tecnologias disponíveis do Bilhete Único e do referido Sistema.

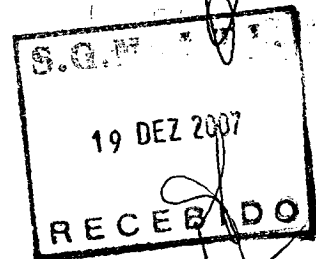
Sem embargo dos meritórios propósitos que nortearam seu autor, a medida não reúne condições de ser convertida em lei, impondo-se seu veto total, com fulcro no § 1º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, por inconstitucionalidade, ilegalidade e contrariedade ao interesse público, nos termos das considerações a seguir aduzidas

Preliminarmente, observo que a propositura, embora em sua Justificativa indique seu alcance a crianças de até 5 (cinco) anos, não trouxe em seu texto essa referência. Desse modo, o conceito deverá ser retirado do artigo 2º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, isto é, “a pessoa até doze anos de idade incompletos”. Diante disso, o projeto aprovado abrange uma faixa etária bem maior do que a intenção do legislador, com impacto substancial nos custos do transporte público.

A medida amplia extremamente o universo de beneficiários de passagens gratuitas. Estima-se que haja, no Município de São Paulo, cerca de 2,3 milhões de crianças (cidadãs na faixa etária de até 12 anos de idade). Dessas, 1,1 milhão estaria na faixa de até 5 anos. Da outra parcela, de 1,2 milhão,



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



Mariene Girones Girones Antunes
RF: 548.562.2.00
SGM/ATL

São Paulo, 18 de dezembro de 2007.

Recebi ofício SGP-23 nº 6194, de 17/12/07, encaminhando ao Executivo cópia autêntica da lei decretada pela Câmara, relativa ao Projeto de Lei nº 661/06, de autoria do Vereador José Ferreira - Zelão.



muitos são beneficiados com a isenção de 50% no pagamento da passagem por se tratarem de estudantes.

Nesse sentido, a concessão de isenção, ainda que não pretendida pelo legislador, mas realizada efetivamente como efeito concreto do projeto aprovado, além de configurar ingerência direta no serviço de transporte coletivo de passageiros, envolve questão que repercute em matéria orçamentária e de organização administrativa, em termos de recursos humanos e materiais, reformulação de sistemas de trabalho e outras decorrências, matérias de iniciativa legislativa exclusiva do Chefe do Executivo (artigo 37, § 2º, inciso IV, e artigo 69, inciso IX, ambos da Lei Orgânica do Município de São Paulo), bem como interfere na fixação das tarifas dos serviços públicos de transporte, atribuição própria do Executivo (artigo 178 da Lei Maior local).

Por conseguinte, o texto vindo à sanção extrapola as atribuições do Legislativo, incorrendo em inconstitucionalidade, ferindo o Princípio da Independência e Harmonia entre os Poderes, consagrado no artigo 2º da Carta Magna e reproduzido no artigo 6º da Lei Orgânica Municipal.

Por outro lado, a Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo e autoriza o Poder Público a delegar sua execução, estabelece, em seu artigo 27, § 4º, que "as dispensas ou reduções tarifárias de qualquer natureza, além daquelas já vigentes na data da promulgação desta lei, deverão dispor de fontes específicas de recursos". Nesse sentido, a medida também padece de ilegalidade ao não indicar as exigidas fontes.

A outorga de novas gratuidades ou descontos demanda, obrigatoriamente, o aporte de recursos por parte da Administração Municipal ou a majoração da tarifa visando aumentar a fonte de receita do Sistema com o fim de atender à despesa consistente na remuneração do operador, resultante do benefício.

Acresça-se que descontos e isenções relativos aos interesses sociais mais relevantes já são assegurados por lei, tais como os concedidos a estudantes, idosos, portadores de necessidades especiais, integrantes das Forças Armadas, entregadores de correspondência do Correio e oficiais de justiça, os quais, inclusive, oneram sobremaneira o custo da tarifa de ônibus vinculado ao Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros na Cidade de São Paulo.

A ampliação do universo de gratuidades, trazida pela proposta, concorreria para o acréscimo de novos gastos ao Sistema, já bastante sobrecarregado, vindo a comprometer a sua saúde financeira e causando o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão, sem falar nos ônus que recairiam sobre os usuários, por meio do reajuste tarifário.

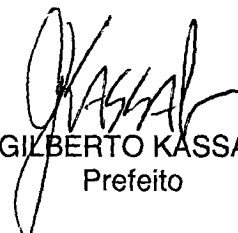


Por fim, é patente que a medida infringiria os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com efeito, haveria uma perda de receita estimada em cerca de R\$ 274 milhões/ano, em razão de que uma parcela dos usuários entre 6 e 12 anos, formada por estudantes, que atualmente efetuam o pagamento de 50% do valor da passagem e que, por se beneficiarem da gratuidade prevista, deixariam de efetuar tal pagamento.

Há que serem levados em conta, ainda, os custos com a fabricação dos cartões, cadastramento dos usuários, logística de captação dos cadastros, impressão de dados e fotografia, entrega e substituição de cartões extraviados/danificados, bem como outras atividades relacionadas ao fornecimento de cartões aos usuários, que exigiriam, como investimento inicial, um valor estimado em R\$ 10,350 milhões, sem contar os custos posteriores de manutenção anual.

Em face das considerações já exaradas, percebe-se que a iniciativa é contrária tanto à legislação vigente quanto ao interesse público, a impor necessariamente seu veto integral, o que faço com fulcro no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Assim sendo, devolvo o assunto ao reexame dessa Egrégia Câmara, renovando a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração.


GILBERTO KASSAB
Prefeito

Ao

Excelentíssimo Senhor

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo


JAM/NLJ/bam
VT 661-06



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 96

do processo n.º 01-661 de 06 07/02/08 (a) CD

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

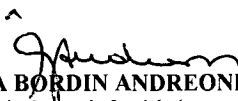
Às Comissões de:

Constituição, Justiça e Legislação Participativa;

Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia e
Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher.

Para emissão de Parecer Conjunto sobre o Veto Total apostado pelo Executivo à
matéria objeto do presente projeto.

08/02/08


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO
 Comissão de Constituição e Justiça
 Em 08/02/08 às 18h
[assinatura] RF 11120

Ao Nobre Vereador / À Nobre Vereadora
RUSSOMANO
 Parecer
 S. [illegible]
 Em 11/03/08
[assinatura]
 Obs: [illegible] prazo para [illegible] nos termos do artigo 65 do R.I.

RECEBIDO LA PROCURADORIA DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO
 EM 11/02/08 AS 11:00h
 POR ALC
 SAÍDA: 11/02 AS: 15 h ASS: [assinatura]

A SGP-21, face do prazo
 previsto no artigo 364 do
 Regimento Interno.
 SP. 24/03/08
 SOLANGE RAIMONDE DOS SANTOS
 R.F. 1000
 Secretária

RECEBIDO SGP-21
 Em 24/03/08
 às 15:27 horas
Marcia Gazoni
 Auxiliar Téc. Administrativo
 RF 51.539